



**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE RIO CLARO**

MARIA AUXILIADORA FERREIRA DOS SANTOS

OUTRA BANDA: LUGAR DE QUEM?

Rio Claro – SP

2013

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
CAMPUS DE RIO CLARO**

MARIA AUXILIADORA FERREIRA DOS SANTOS

OUTRA BANDA: LUGAR DE QUEM?

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

**Orientadora: Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza
Co-orientadora: Sandra Eliza Contri Pitton**

**Rio Claro - SP
2013**

910h.3 Santos, Maria Auxiliadora Ferreira dos
S237o Outra banda: lugar de quem? /Maria Auxiliadora Ferreira
dos Santos. - Rio Claro : [s.n.], 2013
103 f. : il., figs., gráfs., forms., tabs., quadros, fots., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza
Coorientador: Sandra Eliza Contri Pitton

1. Geografia urbana. 2. Pesca. 3. Produção do espaço. 4.
Reprodução do espaço. 5. Cotidiano. I. Título.

MARIA AUXILIADORA FERREIRA DOS SANTOS

OUTRA BANDA: LUGAR DE QUEM?

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Amanda Érica Domingos Martins

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Isabela de Fátima Fogaça

Maria Juracy Zani dos Santos

Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

Rio Claro, SP, 08 de abril de 2013.

Ao mestre Gerardo Dias, meu avô, que antes de partir me contou histórias desses mares longínquos, encantado muito mais com o barco do que com o mar... Saudades.

Para

Os que mergulharam para sempre no fundo do mar e outros que num impulso de gosto e necessidade continuam indo e vindo, graças a Deus,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas educadores acarauenses colaboradores neste trabalho,

Aos pescadores de Outra Banda que gentilmente cederam seu tempo para apoiar esta pesquisa, obrigada.

A todos que fazem este Programa de Pós Graduação em Geografia na UNESP – Rio Claro – SP, especialmente às professoras Sílvia Ortigoza e Sandra Pitton.

E um navio será sempre belo, só porque é um navio.

Viajar ainda é viajar e o longe está sempre onde estive

Em parte nenhuma, graças a Deus!

Álvaro de Campos, in "Poemas"
Heterónimo de Fernando Pessoa

RESUMO

O lugar, objeto desta pesquisa é o bairro de Outra Banda, localizado no município de Acaraú, no estado do Ceará, caracterizado pelas peculiaridades de um lugar produzido e reproduzido pela ocupação de um povo que exerceu e ainda exerce a atividade econômica da pesca, entre outras, responsáveis pela história local. Entre as atividades se destacam: agricultura de subsistência no passado e de irrigação nos dias atuais; carcinicultura, a atividade do presente; pesca do peixe e da lagosta, em crise nos últimos tempos; mariscagem, desenvolvida em escala artesanal e para o consumo próprio; além das atividades de olarias com retirada de argila nos manguezais; se configurando neste local, ocupação e usos irregulares das suas águas e do seu continente. Este lugar carrega consigo histórias de perdas, especialmente perdas relacionadas a territórios, lugares, espaços produzidos pela economia e pela política. Portanto sua população absorve e internaliza sentimentos de baixo-estima à medida que estereótipos são incorporados e originam práticas que confirmam atributos negativos sobre os lugares, armadilhas produtoras e mantenedoras da depreciação dos espaços destinados à vivência humana. Entende-se que o apego que os indivíduos têm com os lugares responde por acontecimentos atrelados aos valores que se projetam sobre os espaços. Falta-nos, portanto, entender que a sobrevivência humana deve muito à ocupação racional dos lugares e observar o poder do envolvimento das pessoas entre si. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo central analisar a produção e reprodução do espaço no Bairro de Outra Banda em Acaraú – CE, na compreensão de dois grupos distintos, mas que dividem o mesmo espaço: professores de geografia e pescadores. Constatou-se que os residentes de Outra Banda ainda apresentam vínculos com o lugar, ao passo que os professores por não terem o mesmo vínculo, negligenciam os aspectos positivos do lugar de vivência dos estudantes, especialmente aqueles filhos de pescadores.

Palavras-Chave:

Lugar. Pesca. Produção do Espaço. Reprodução do Espaço. Cotidiano.

ABSTRACT

The place, object of this research is the district of Outra Banda, located in the municipality of Acaraú, in Ceará state, characterized by the peculiarities of a place produced and reproduced by the occupation of a people who exercised and still exercises the economic activity of fishing, among others responsible for local history. Among the activities include: subsistence agriculture irrigation in the past and today; shrimp, the activity of this; fishing for fish and lobster in crisis in recent times, shellfish, developed in scale and artisanal for own consumption; Apart from activities with removal of clay potteries in the mangroves; shaping up at this location, occupation and irregular uses of its waters and its mainland. This place carries stories of loss, especially losses related territories, places, spaces produced by the economy and politics. Therefore its population absorbs and internalizes feelings of low esteem as they are embedded stereotypes originate and practices that confirm negative attributes about the places, traps producing and sustaining the depreciation of spaces for human experience. It is understood therefore that attachment that individuals have with the places responsible for events linked to the values that are projected on the spaces. We lack, therefore, understand that human survival owes much to rational occupation of places and observe the power of the involvement of people with each other. In this context, this study aimed to investigate the level of core knowledge that fishermen and teachers have about the spaces and what it brings clarity to the natural environment and humanized as a space produced and reproduced by their actions of the past and present. In this research questionnaires and interviews were applied to geography teachers and fishermen. That consisted residents of Outra Banda still have ties to the place, while the teachers for not having the same bond, overlook the positive aspects of students' experience of place.

Keywords:

Place. Fishing. Production of Space. Play Space. Everyday.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CARTOGRAMAS

01 – Acaraú Antes e Depois dos Desmembramentos	52
02 – Municípios em Luta Pela Emancipação	53

FOTOGRAFIAS

01 – Área de Apicum: Salgado no Litoral Cearense	20
02 – Pescadores Trabalhando no Porto de Outra Banda	22
03 – Pescadores de Folga no Porto de Outra Banda	22
04 – Área Central da Cidade de Acaraú – CE	30
05 – Localidade de Perseguida em Acaraú – CE	31
06 – Localidade de Perseguida em Acaraú – CE	31
07 – Família de Pescador na Hora do Jantar	32
08 – Professores de Escola Pública em Acaraú – CE	33
09 – Assoreamento do Rio Acaraú à Jusante	39
10 – Baixo Curso do Rio Acaraú	41
11 – Comunidade de Perseguida	42
12 – Estaleiro na Comunidade de Perseguida	43
13 – Resíduos de Embarcações na Margem Esquerda do Rio Acaraú	46
14 – Retirada de Areia no Leito do Rio Acaraú	46
15 – Depredação do Carnaubal às Margens do Rio Acaraú	47
16 – Praia de Jericoacoara	52
17 – Distrito de Aranaú	54
18 – Distrito de Juritianha	54
19 – Salina Desativada na Localidade de Papagaio	57
20 – Mata Ciliar de Carnaubais no Baixo Curso do Rio Acaraú	59
21 – Monumento ao Camurupim em Acaraú – CE	61
22 – Viveiro de Camarão na Localidade de Papagaio	64
23 – Viveiro de Camarão na Localidade de Papagaio	64

24 – Resíduos de Viveiros de Camarão em Área de Carnaubais	65
25 – Sertanejo em Apuiarés – CE, 1983	69
26 – Pescador em Acaraú – CE, 1999	70
27 – Barco Carregado Com Manzuás no Rio Acaraú	73
28 – Manzuás no Rio Acaraú	74
29 – Barco Carregado Com Caçoeiras no Rio Acaraú	74
30 – Ponte Sobre o Córrego São Luís no Bairro de Outra Banda	76
31 – Rua Santo Antônio no Bairro de Outra Banda	78
32 – Porto de Outra Banda no Rio Acaraú	78
33 – Porto de Cacimbas em Decadência	80
34 – Fazenda de Camarão em Cacimbas	81
35 – Fazenda de Camarão em Cacimbas	81
36 – Açude “Bal” no Bairro de Pedrinhas – Dias Atuais	82
37 – Vila de Moradores no Bairro de Pedrinhas	82
38 – Praia de Arpoeiras em Curral Velho	83
39 – Praia de Arpoeiras em Curral Velho	83
40 – Despesca no Curral	84
41 – Porto de Marambaia em Aranaú	86
42 – Travessia Sobre Manguezal no Riacho São Luís	103
43 – Praia de Arpoeiras	103
45 – Centro de Acaraú. Ao Fundo a Igreja Matriz	103

GRÁFICOS

01 – Agenda 21 na Percepção dos Professores de Geografia em Acaraú – CE	98
02 – Conhecimento da Lei Orgânica Municipal Pelos Professores de Geografia em Acaraú – CE	100

MAPAS

01 – Município de Acaraú no Contexto Cearense e Brasileiro	16
02 – Município e Rio Acaraú no Contexto Cearense	35
03 – Município de Acaraú e Limites	35
04 – Portos no Município de Acaraú – CE	36
05 – Baixo Curso da Bacia do Rio Acaraú	41
06 – População Cearense: Renda Per Capita Inferior á R\$ 70,00 em 2010	50

QUADRO

01 – Problemas na Cidade de Acaraú Segundo os Professores de Geografia	95
---	-----------

TABELAS

01 – Receita do Município de Acaraú – 1849	37
02 – População Urbana e Rural – Mesorregião Noroeste Cearense, 2010	44
03 – População da Região do Baixo Acaraú: 2010 e 2012	44
04 – Municípios Criados no Brasil de 1940 – 2000	48
05 – Municípios Brasileiros Por Região Criados de 1940 – 2000	49
06 – Instalação de Salinas no Município de Acaraú	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE – Ceará

FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MA – Maranhão

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome

PA – Pará

PEACE – Programa de Educação Ambiental do Ceará

SEMACE – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará

SUDEPE – Superintendência Para o Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO CEARENSE	34
4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACARAÚ	41
4.1 Situação e Localização	41
4.2 O Processo de Produção do Espaço Acarauense	43
4.3 Fragmentações do Território Acarauense	55
4.4 Atividades Econômicas de Implicação no Espaço Acarauense	63
4.4.1 Charqueadas	63
4.4.2 Sal Marinho	64
4.4.3 Cera de Carnaúba	67
4.4.4 Rapadura e Aguardente	68
4.4.5 Fabricação de Conservas	68
4.4.6 Pescas da Lagosta, Camarão e Peixe	69
5 UM POVO E O SEU ESPAÇO DE VIVÊNCIA	73
5.1 Os Lugares dos Pescadores	73
5.2 Outra Banda	76
5.2.1 A Integração Socioespacial de Outra Banda Com Outras Localidades	80
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	87
6.1 A Fala dos Pescadores	89
6.2 A Fala dos Professores	93
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
8 REFERÊNCIAS	106

ANEXOS

A – Formulário de Informações Para Consentimento de Participação em Pesquisa de Doutorado	112
B – Questionário Professores	113
C – Questionário Pescadores	115
D – Encarte do Jornal Diário do Nordeste de 31/08/1991	117

1 INTRODUÇÃO

Seguindo o raciocínio de que os espaços são resultados de atividades naturais e antrópicas, o espaço em questão foi definido e analisado quanto à história de sua ocupação (MORAES, 1991 b) e como conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (SANTOS, 1997, p. 21) ¹. Esta tese tem como objetivo central analisar a produção e reprodução do espaço no bairro de Outra Banda em Acaraú – CE, procurando compreender como os moradores locais percebem-se enquanto agentes transformadores deste espaço. Nesta concepção, o porto, o bairro de Outra Banda e a cidade de Acaraú constituem objetos geográficos.

Para pesquisar sobre o problema desta tese questiona-se sobre:

1. O nível de discernimento dos pescadores e professores de geografia, no que diz respeito à percepção da produção e reprodução do seu bairro como lugar;
2. Que importância tem este bairro para a cidade de Acaraú quanto às questões sociais e econômicas;
3. Se conseguem enxergar no bairro, dinâmicas ou inércias espaciais e;
4. Se os moradores se sentem protagonistas de sua própria história.

Estas suposições são pertinentes, pois deixam dúvidas quanto às considerações que se fazem a respeito das ações, muitas vezes irracionais e influenciáveis, explicadas por Santos (1997).

Podemos chamar este espaço de vivido, pois o mesmo apresenta associação de valores e significados humanos, respectivamente de paisagens e lugares. Esse espaço é entendido como aquele onde os sujeitos vivem e compartilham suas percepções e experiências, de acordo com Relph (1979).

Partimos de uma análise crítica para compreender um espaço construído na avaliação de grupos diferentes. Desta forma, fez-se necessário, primeiramente, compreender, de modo geral, as experiências vividas no espaço construído da cidade onde o homem expressa seus valores culturais cheios de significados como um todo, suporte para o local da vivência, no caso, o bairro de Outra Banda. Assim, para Relph (1979), o lugar é entendido como realidade geográfica, pois é nele que o homem consegue se enxergar transitando e residindo de fato.

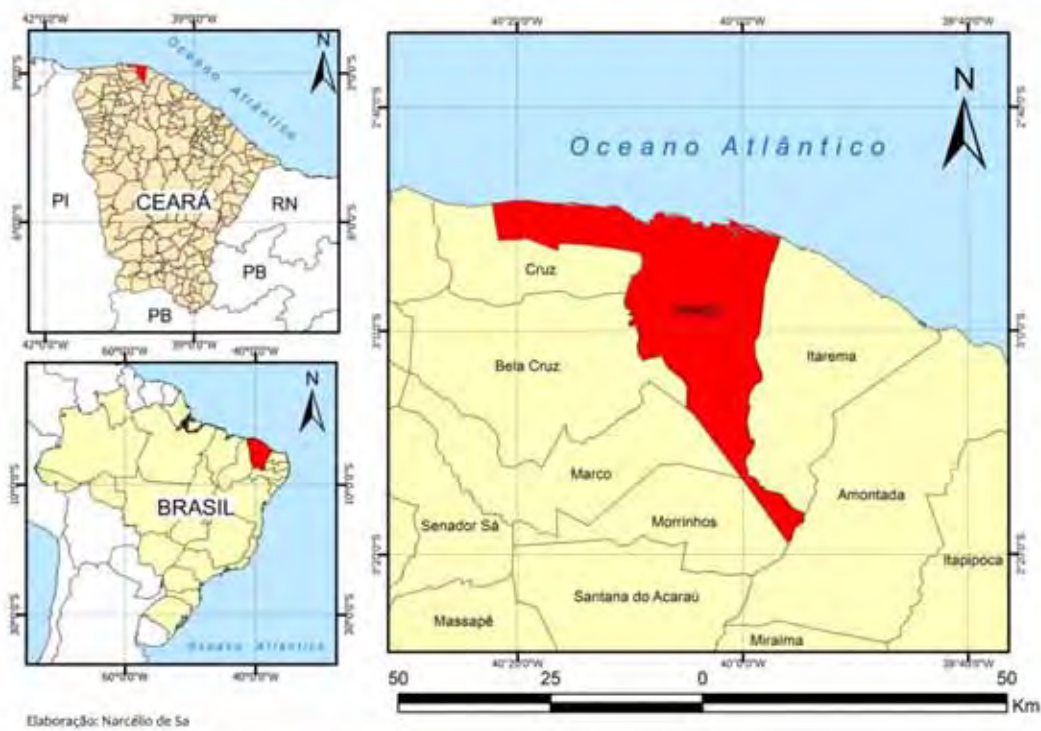
¹O sistema de objetos refere-se às formas, naturais ou artificiais, que são criados ou apropriados com finalidades técnica, os chamados objetos técnicos criados pelo homem para ser a fábrica da ação. As ações são os movimentos e atividades que se utilizam desses objetos com finalidades diversas, por exemplo, para a produção com fins socioculturais ou fins políticos, enfim as ações ativam os objetos técnicos (SANTOS, 1997).

Diante desses questionamentos procurou-se verificar a compreensão dos moradores sobre o seu bairro e se essa compreensão permite a tomada de consciência do que se tem e do que se deseja para os lugares de vivência e se o mundo experienciado por eles pode ser chamado de vivido, de acordo com as explicações de Augé (1994).

Entende-se que as reflexões sobre os espaços devem começar na escola e a partir dela adentrar os lares que por sua vez disseminem interrogações sobre a forma espacial criada, reveladoras da consciência do espaço, tendo a Geografia como uma das modalidades de estudo (MORAES, 1991 b).

Pela localização geográfica e conhecimento empírico, observamos que a cidade de Acaraú não é caracterizada como um local de passagem. Por sua condição locacional, moradores o rotulam como o “fim do mundo”², em função de alcançar limites territoriais extremos, conforme mapa 01.

Mapa 01 – Município de Acaraú no Contexto Cearense e Brasileiro



Fonte: Narcélio de Sá, 2012.

² O fim do mundo no dito popular acarauense é um termo depreciativo para os lugares que não oferecem atrativos e por isso não recebem visitantes a passeio.

Esta concepção repercute na análise que se faz sobre este espaço, feito à luz da valorização, mas também da desvalorização, quando se ouve os discursos populares somados aos ensinamentos ou omissão de informações informais ou realizadas nas escolas locais sobre este lugar.

Quando os ocupantes dos espaços não encontram dificuldades em lê-los, estes se tornam mais importantes e por isso são passíveis de análises, consideradas o início de um processo de intervenção positiva, pois os espaços se tornam interessantes e ganham das comunidades o interesse em resolver seus problemas.

As pessoas que se apropriam dos espaços são responsáveis pelas suas características, considerando seu passado, seu presente e seu futuro. A sociedade é produtora de espaços e, portanto as atividades econômicas, sociais e políticas do passado devem ser em parte, preservadas.

As repercussões da falta de entendimento sobre o espaço de vivência das sociedades incidem na realidade dos espaços construídos quando se percebe que os lugares poderiam ser melhores concebidos por todos aqueles que têm relação com o lugar. Isso nos remete à necessidade de considerar em nossas análises tanto o plano das formalidades políticas quanto o plano dos que ocupam espaços como sujeitos trabalhadores simplesmente.

Entendendo-se que o conceito de lugar é complexo e polêmico, atribui-se às sociedades a construção dos espaços de acordo com suas concepções sociais e culturais. Mesmo que esses espaços sejam fragmentados ou articulados, ali se reflete as condicionantes sociais cheias de símbolos acumulados através do tempo que produz ou consome espaços (SANTOS, 2008).

Nesta tese é importante investigar o nível de conhecimento que pescadores e professores têm sobre os espaços e o que isso traz de clareza do ambiente natural e humanizado, entendendo-se que o ambiente natural não sofreu grandes alterações, se comparado com o ambiente com intervenções sociais, chamado aqui de humanizado. O lugar habitado deve ser pensado quanto aos seus potenciais e questionados quanto aos seus problemas. Esse pensamento crítico pode criar condições para que os lugares e sociedades se tornem melhores. Nesse sentido, o bairro de Outra Banda inserido no município de Acaraú, foi analisado como espaço geográfico e lugar, respectivamente.

As ideias de Henri Lefebvre (*apud* CORRÊA, 1995) fortalecem o entendimento a respeito de mundo vivido, este entendido como:

espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social e que não deve ser visto como espaço absoluto, nem como um produto da sociedade. O espaço não é nem o ponto de partida, nem o ponto de chegada [...] o espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo [...] O espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção (CORRÊA, 1995, p. 25).

Diante do exposto, não se busca compreender a concepção de lugar de forma individual, mas no contexto de grupos. Propõe-se encontrar elementos que avaliem visões e valores sobre ambientes por vários caminhos, identificando respostas comuns ou não sobre o lugar Outra Banda. As visões de mundo na concepção de pescadores e professores se confrontam através da prática e da teoria no processo dialético contrastando a práxis com apoio teórico, os quais não devem ser separados.

O respaldo teórico desta tese está sedimentado nas obras dos seguintes autores: Albuquerque Júnior (2007), Corrêa (1990), Lacoste (1997), Martins (2009), Moraes (1991), Santos (1990), (1992), (1997), (2004) e outros.

Estuda-se a dinâmica socioespacial originada das relações sociais, discutidas por Corrêa (1990 e 1995), numa visão dialética quando o espaço ganha múltiplas faces a partir da sua apropriação social, ora ocupado, abandonado ou modificado em momentos de produção e reprodução ao longo dos tempos. Observa-se em um mesmo espaço unicidade em seus aspectos naturais e sociais:

[...] Em uma dada área estabelece-se uma combinação única de fenômenos naturais e sociais. É como se cada porção do espaço absoluto fosse o lócus de uma combinação única em relação à qual não se poderia conceber generalizações.

[...] O espaço é concebido como lócus da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade.

[...] O mérito do conceito de formação sócio espacial reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há assim porque falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim de formação socioespacial (CORRÊA, 1995, p. 19, 26 e 27).

O autor considera que o espaço geográfico é “*a morada do homem*” e que diante de tantas características e vivências, a nós geógrafos cabe a intenção principal de torná-lo inteligível e compreensível, para melhor nele atuarmos através de nossas práticas sociais quando produzimos, circulamos, consumimos, lutamos e sonhamos por toda nossa existência.

Considerando as relações socioespaciais, os sentimentos e ideias dos povos sobre o espaço, compreende-se que o lugar, tal como nos afirma Corrêa (1990), passa a ser o conceito chave mais relevante nos estudos geográficos e esta concepção é o que se espera dos professores de geografia de qualquer parte do mundo.

É inegável que o conhecimento sobre problemas locais, fortalece a defesa que se pode aplicar sobre os problemas socioambientais. A Lei Orgânica do Município de Acaraú (ACARAÚ. Câmara Municipal, 1990b), A Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Acaraú (ACARAÚ. Câmara Municipal, 2000) e o Código de Pesca Brasileiro (Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967), são documentos esclarecedores, mas ignorados por grande parte da comunidade, que fica alheia à sua divulgação, que desconhece nestes documentos a competência que lhe confere o propósito do ordenamento territorial, do desenvolvimento urbano, do estabelecimento de planos diretores, da proteção e estímulos à pesca, além de promover a proteção do patrimônio histórico cultural local.

Conforme Brugger (1999), fica com o Estado e a União, a legislação e a ação fiscalizadora desses espaços. Essa medida limita, portanto, a competência dos munícipes que, embora sejam conhecedores de seus problemas, ficam impossibilitados das ações com amparo legal e argumentos de fato.

Problema recorrente nos salgados³ de Acaraú indicado pelo número 03 na fotografia 01, diz respeito à devastação do mangue⁴ praticada pelos comerciantes de viveiros de camarões. Segundo denúncia apresentada por jornal da capital, terrenos ocupados anteriormente por salinas estavam sendo vendidos para empresários do ramo da carcinicultura que continuavam com a ação predatória. Intencionavam isolar o local, com a finalidade de capturar larvas de camarões e enviar para outros municípios (ACARAU: captura de larvas..., 1991).

³ *Também chamados de apicuns* – Áreas alagadas periodicamente pelas oscilações das marés, que deixam sobre seu solo arenoso um tapete de fitoplânctons (algas e bactérias), início da cadeia alimentar do ecossistema manguezal (Fonte: Dicionário Aurélio).

⁴ Terreno plano, baixo, junto à costa e sujeito a inundação pelas marés, extremamente importante na manutenção e reprodução principalmente de espécies aquáticas (Fonte: Dicionário Aurélio).

Fotografia 01- Área de Apicum: Salgado no Litoral Cearense



Fonte: <http://blog.opovo.com.br/opeixe/a-carcinicultura-e-os-mangues-no-ceara>.
Acessado em 09/12/2012.

Nesta reportagem, os moradores da comunidade pesqueira de Curral Velho se dizem ameaçados com a captura de larvas de camarões praticada nos estuários de forma predatória e descontrolada para satisfazer aos anseios dos comerciantes. Os mesmos ignoram as consequências. Atitudes como estas podem influenciar nas atividades da pesca de crustáceos e mariscos, praticadas durante séculos pelos moradores locais. Esta atividade garante a sobrevivência das famílias de pescadores que se veem ameaçadas com a escassez do peixe e da lagosta nos mares acarauenses.

Entende-se que existem nestas comunidades, significações de afinidades específicas compartilhadas por vários indivíduos, internalizadas na intersubjetividade explicada por Santos (1990). Estas significações são expressas através das paisagens, desejos, aspirações e emoções que associadas a preocupações e temores atingem a parte frágil das comunidades sem poder de decisão sobre espaços vulneráveis entregues ao poder do capital.

Na Lei Orgânica do Município de Acaraú, encontra-se desde normas sobre a utilização racional do solo urbano, conforme artigo 93 da Política Urbana, até importantes disposições

legais sobre construção e utilização de recursos naturais, que, sendo respeitadas, promove um desenvolvimento sustentável, diminuindo as agressões ao ambiente natural e mantendo uma boa qualidade de vida para a população local.

Assim como na Lei Orgânica, na Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, também há garantia para este município de uma política de desenvolvimento urbano ordenado e em pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e do bem-estar de seus habitantes, conforme artigo 3º das disposições gerais do capítulo 1.

O Código de Pesca por sua vez tem o propósito de ordenar os ambientes aquáticos com medidas de proteção à fauna de acordo com os artigos 36 e 37 das Normas Gerais. As instruções são direcionadas especialmente para as indústrias, que devem observar medidas de proteção em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenadas pelo Poder Público. Os efluentes das redes de esgoto e os resíduos líquidos ou sólidos das indústrias somente poderão ser lançados às águas, quando não as tornarem poluídas.

Em suma, trabalhando-se a legislação ambiental nas comunidades, cria-se espaço para que, conhecendo os lugares e reconhecendo os direitos, se possa exigir que as normas sejam cumpridas. A tomada de consciência dos deveres e uma postura participativa, pode também contribuir na solução dos problemas nas regiões em que se habita.

As fragmentações territoriais em Acaraú com a série de emancipações ocorridas revelam interesses de grupos políticos poderosos que geram lugares complexos materializados por intervenções redefinidoras de espaços, as quais se comprometem muito pouco com as perspectivas sociais e ambientais e por isso permanecem e surgem espaços desconfortáveis.

O Bairro de Outra Banda se revela nesta tese como um lugar vivenciado e modificado por todos: pescadores artesanais e profissionais da pesca da lagosta e do peixe, configurados em um espaço identitário que representa o sustento da família, da residência, do lazer, da festa e das mais diferentes manifestações culturais, identificado por seus ocupantes nas fotografias de números 02 e 03.

Fotografia 02 – Pescadores Trabalhando no Porto de Outra Banda

Fonte: Santos, M. A. F. 2006.

Fotografia 03 – Pescadores de Folga no Porto de Outra Banda

Fonte: Santos, M. A. F. 2013.

Os filhos dos pescadores por sua vez, enfrentam conflitos no ambiente escolar quando se deparam com comentários que negam “Outra Banda” como lugar de valor, explicação realizada por Santos (1997), que diz:

Cada homem vale pelo lugar onde está. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade, independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1997, p. 81).

Essa realidade é vivenciada pelos filhos dos pescadores, os quais se tornam invisíveis em alguns ambientes. Atitudes assim revelam espaços menos valiosos como as áreas periféricas e ribeirinhas que não têm o mesmo valor em comparação com as áreas centrais da cidade, consideradas áreas nobres.

Essa situação pode contribuir no futuro para a fragilidade e conseqüente extinção dessa comunidade pesqueira, considerando o preconceito percebido por quem mora ou transita nessas áreas. Além dos pescadores encontrarem dificuldade para o reconhecimento e importância de suas atividades, os mesmos enxergam na pesca a angústia da perpetuação da pobreza. Neste contexto tem-se a ideia de que só devem insistir nesta atividade aqueles que não conseguem seguir com os estudos ou se profissionalizarem em outros ofícios, caracterizando a profissão de pescador como de profissionais fracassados, apesar de encontrarem nesta atividade o conforto imediato para seus familiares.

Esse é o problema central desta pesquisa o qual pode ser explicado, em parte, pelo modelo econômico e político instalado desde épocas remotas em toda a cidade de Acaraú. Alguns enxergam na gestão política desta cidade, planejadores descomprometidos ou subservientes, administradores sem horizontes, que permitem a não filosofia da não mudança e permanência do *status quo*, concordando com as ideias de Santos (1997 e 2004), ao analisar a política e a necessidade de mudanças no território brasileiro.

É compreensível que o ser humano ao modificar o ambiente, o faça para atender em princípio às suas necessidades básicas. Fazendo isso transforma a si mesmo, pois descobre que existe uma relação permanente entre si, a natureza e a cultura. Ainda concordando com as ideias de Santos (1997 e 2004), é notório que a ação do capital, portanto, restringe a ação dos moradores locais sobre seus próprios espaços e passa a atender as demandas das elites, em detrimento dos anseios da população local.

Os moradores de Outra Banda estão mudando o rumo de suas histórias. Percebe-se que pais pescadores conseguem oferecer instrução aos filhos e oportunizam a estes possibilidades de profissões até então inatingíveis. Esta ascensão social pode custar o abandono da profissão

de pescador, cada vez menos praticada entre a população ribeirinha, que associa este ofício à condição de pobreza e ignorância, sustentando-se a tese de que pescador tem que ser pobre e ignorante, no entanto se enxerga neste ato a negação de permanência no ciclo desta pobreza anunciada.

A necessidade de organização da população que foi se instalando ao longo dos anos nos arredores dos dois portos, de Outra Banda e Cacimbas, contam a história desse lugar e nem sempre seus moradores tomaram consciência dessa realidade. O papel ativo desempenhado pelos pescadores e outros moradores na construção desse espaço passa despercebido também. Eles são produtores desse espaço e ignoram essa realidade. Moraes (1991b) afirma que “as formas são produtos históricos, resultado da ação humana sobre o meio e a cada momento as relações sociais imprimem na superfície terrestre suas expressões”.

Nesse sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados. Tais objetos exprimem a espacialidade de organizações sociopolíticas específicas e se articulam sempre numa funcionalidade do presente (MORAES, 1991, p.15).

Quanto ao aspecto paisagístico, a cidade de Acaraú se apodera do litoral e o rio homônimo – segundo maior do Ceará e condiciona uma bacia hidrográfica de 14.423 mil quilômetros de extensão (SEMACE, 1995). Estes são atributos importantes, considerando que as atividades econômicas se desenvolvem praticamente em torno da pesca de peixes, lagostas e camarões. Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Ceará (SEMACE, 1995), Acaraú participou com 10,5% do total da produção desses pescados no Estado do Ceará, além da agricultura de subsistência. Consta ainda que a comunidade de pescadores conviva com problemas estruturais como: redução do pescado, depredação do solo, da vegetação e da água dos estuários⁵.

As edificações no bairro de Outra Banda alcançam as margens do rio e este representa para o bairro fonte de alimentos e lazer, apesar do hábito secular de fazerem dele depósito de lixos e desova de animais mortos. Enquanto as pessoas não se conscientizarem, estes hábitos continuarão existindo e impregnarão os lugares com valores na contramão do bem estar social e do desenvolvimento sustentável. Esta conscientização só será possível mediante medidas de

⁵ Partes terminais ou desaguadouros de um rio, geralmente largos, onde eles encontram com o oceano, sendo, portanto, influenciados pelas marés (Fonte: Dicionário Aurélio).

Educação Ambiental que tem início com atitudes de sensibilização, conscientização e ação, nessa ordem.

A investigação empreendida foi de abordagem qualitativa, que mostra através do cotidiano, os significados dos elementos que compõem os lugares e forma como os indivíduos observam seu espaço, com base nas representações do ambiente vivido. Discute-se a geograficidade dos lugares como relação entre espaços, paisagens e lugares encontrados na nossa vida diária, necessária, portanto de diálogo crítico sobre construção e reconstrução de lugares, que respeitam a riqueza e a complexidade do mundo vivido (RELPH, 1979. p.22).

Os questionamentos qualitativos se enquadram na categoria de uma pesquisa participativa. A metodologia aplicada indaga aos moradores de Outra Banda e professores de geografia sobre opiniões, atitudes e valores, que possibilitam a este espaço reflexões e críticas de caráter dialético apreendidos do discurso dos sujeitos indagados e do pesquisador que acessa o cotidiano dos pesquisados por meio da fala deles.

Esta tese está apresentada em cinco partes, além da introdução e das considerações finais.

Realizada a introdução, a primeira parte da tese aborda o método e os procedimentos dos dados coletados, na qual se analisa sobre os resultados fundamentados em experiências relatadas por grupos de trabalhadores considerados produtores de espaços, mas nem sempre conscientes disso, representados pelos pescadores. Os professores de geografia são protagonistas como observadores de espaços. Considera-se que as investigações aqui empreendidas abordam mais que respostas dadas às entrevistas aplicadas. Aborda encontros com professores e pescadores, troca de experiências, observações do cotidiano familiar, do trabalho e do lazer.

Os pescadores e os professores de geografia são considerados autoridades por suas práticas e teorias *in locu*. As histórias contadas e as experiências dos grupos no contexto do seu ambiente físico se concretizam em julgamentos sobre aquilo que eles vêem e sentem no tempo de vivência nos lugares.

Na segunda parte realiza-se reflexões acerca do processo de ocupação do espaço cearense contextualizado no espaço nordestino, onde se depreende que a forma como o Nordeste brasileiro é apresentado ao restante do Brasil, colabora de forma indireta para o seu fracasso como Região brasileira, Estado cearense e Município acarauense. Neste contexto atuaram literatos, cancioneiros, pintores, jornalistas e fotógrafos, que com suas obras conseguiram solidificar obras literárias, canções, notícias e imagens desfiguradas e

desajeitadas do Nordeste, não generalizando e reconhecendo, portanto, que muitas obras colaboraram como importante fonte para historiadores e pesquisadores em geral que buscam a realidade nordestina.

O Nordeste brasileiro ficou conhecido como a região semiárida e os grupos dominantes nesse espaço descobriram nesse fenômeno natural um valioso argumento para obter verbas em nome da população “flagelada” da região. Iniciava-se um longo processo de vitimização dessa sociedade, de homogeneização do seu ambiente natural e de fabricação de estereótipos que até hoje persistem no imaginário do país. Estavam sendo gestados os arranjos sociais e políticos do que mais tarde ficaria conhecida como a “indústria das secas” (BURITI, 2011). É a partir dessa reflexão que se afirma a importância de sabermos sobre a história dos lugares, no sentido de esclarecermos o analfabetismo geográfico que impede a leitura sobre os espaços e o quanto isso reflete na condição de desenvolvimento dos mundos que habitamos, conforme Lacoste (1997).

Acaraú é o lugar das comunidades pesqueiras enquanto lugares vividos, organizados pelo ofício da pesca. Neste item se faz relatos de moradores que reconhecem Outra Banda como o bairro que congrega os demais através do rio e do porto, a saber: Cacimbas, Pedrinhas, Curral Velho e Aranaú. O processo de ocupação do espaço cearense, acarauense e de Outra Banda também é analisado pelo viés do preconceito quanto à origem geográfica do povo nordestino, cearense, acarauense e pescadores do bairro de Outra Banda, herdeiros de um passado repleto de estereótipos narrados no decorrer da tese.

A terceira parte apresenta a caracterização do município de Acaraú, com informações quanto à situação e localização e importância do bairro de Outra Banda no contexto municipal acarauense, considerando a história de ocupação da cidade que tem início pelo porto localizado no bairro de Outra Banda. Outro ponto importante diz respeito às emancipações de distritos, causando fragmentações territoriais no espaço geográfico acarauense, de 1863 a 1986. Sobre este assunto faz-se uma provocação aos entrevistados para saber como eles reagem às ideias de perdas territoriais na cidade onde residem, entre tantas outras sofridas ao longo dos tempos.

As mudanças ocorridas na configuração espacial do município acarauense carecem de estudo mais detalhado, considerando que os desmembramentos no seu território resultam na diminuição de sua extensão territorial e divide opiniões sobre o desenvolvimento da cidade e insatisfação dos moradores, além do que ficou comprovado que o índice de pobreza no município de Acaraú continua expressivo, mesmo com a diminuição de sua extensão

territorial e aumento da população, condições apresentadas no discurso dos que foram a favor das emancipações.

Fecha-se esta discussão com a apresentação de diversas atividades econômicas que, mesmo ficando no passado, comprovam o potencial do lugar para a diversidade na economia, compreendendo-se que a falência e a permanência de algumas atividades em detrimento de outras, caracteriza a fragilidade de produções desinteressantes para o mercado externo, o mesmo não ocorrendo com a pesca da lagosta por um bom tempo, mas que nos últimos dois anos apresenta sinais de escassez, cedendo lugar para a carcinicultura.

Seguindo-se com a quarta parte, se responde a pergunta “Outra Banda: lugar de quem”, chegando-se a conclusão que Outra Banda é o lugar dos pescadores e tem o poder de congregar outros espaços através de um ponto de atração que é o seu porto – lugar dos ribeirinhos, onde se desenvolve o trabalho, o lazer e os conflitos.

A análise dos resultados se dá através das falas dos professores de geografia e dos pescadores, confrontadas para estabelecer o conceito de lugar para os espaços de vivência dos mesmos, saber da importância do bairro de Outra Banda no contexto histórico acarauense na visão dos pescadores e dos professores e saber se as futuras gerações moradoras de Outra Banda, objeto desta pesquisa, garantem este espaço como lugar dos pescadores do seu entorno.

O que se pretende ultrapassa essa identidade socioespacial e busca-se refletir sobre o lugar das relações de poder, de subordinação, econômica, política e cultural apresentada por Corrêa (1990), demonstrando que as sociedades ocupam espaços e os caracterizam, mas estes impregnam estas sociedades tornando, portanto homem e espaço, categorias interdependentes e indissociáveis.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa levam-se em conta os conceitos de lugar e como estes são compreendidos por habitantes locais. Contou com a participação direta e integrada entre a pesquisadora e os informantes (pescadores e professores de geografia da cidade de Acaraú), no intuito de entender como ali se desenvolve a relação socioespacial. Ocorre, portanto, a troca de três olhares distintos sob a concepção de lugar.

Demonstrando as bases empíricas e teóricas das argumentações transcritas, procurou-se ainda utilizar fontes primárias por meio da aplicação de questionários e entrevistas coletivas e individuais. Através desses instrumentos chegou-se ao relato, à história de vida e à história oral, consideradas técnicas de pesquisa que embora tragam em si limitações, foram necessárias para elucidar os fatos.

O contato direto com os entrevistados (pescadores e professores) tornou, portanto este trabalho participativo, pois desabafos de um lado e escuta do outro foram além da captação de dados, pois permitiu também as emoções contidas no discurso do universo desta pesquisa que representa parte de uma população considerada produtora de espaços.

Além dos dados coletados diretamente em campo, foram incorporadas a esta pesquisa, informações contidas nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), (2012); Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE, 1995); Instituto da Pesca no Estado do Ceará (IPECE, 2012); Código de Posturas do Município de Acaraú (1990); Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Acaraú (2000); Código de Pesca Brasileiro (1967); além de informações contidas em jornais e sites.

Após a coleta das diversas informações primárias e secundárias, partiu-se para a compreensão da realidade socioespacial de Outra Banda. Posicionamento que nos permitiu durante o tempo da pesquisa o elo de confiança necessário para o alcance dos resultados almejados.

Optou-se por um método de interpretação baseado na análise da fala dos pesquisados. Apesar de existir diferentes discursos entre grupos distintos, eles apresentam algo em comum: a rua, o bairro, a cidade e as pessoas. Assim, a análise desses lugares pelos seus construtores nos permite enxergar reflexos de uma sociedade que imprimiu ali suas marcas, mas que nem se percebe nele. Moraes (1991) esclarece que as formas espaciais são produtos históricos e que os espaços produzidos são resultados da ação humana sobre os lugares através das relações sociais desenvolvidas sobre os mesmos. A falta de consciência dessa ação pelos

ocupantes dos espaços estagna-os e os impede de se desenvolverem, considerando que as pessoas é que produzem e reproduzem esses lugares.

Procurou-se o diálogo com dois grupos escolhidos, representados por professores de geografia – considerados detentores do saber formal e pescadores – considerados sábios em relação às atividades de seu ofício; pois além de residirem em Acaraú e Outra Banda possuem experiências naquele espaço, e, portanto são capazes de oferecer informações importantes a respeito do lugar.

Busca-se a análise de um lugar, apreendendo-se contato do vivido e do cotidiano, levando-se em consideração as relações que ali se desenvolvem, buscando compreensão da realidade contextualizada no dia-dia das pessoas associando-se os saberes empírico e científico.

Os questionários aplicados com os professores e os pescadores foram compostos por doze perguntas abertas e fechadas, para que os entrevistados percebessem através das indagações, possibilidades de práticas sociais vinculadas ao ambiente em que trabalham ou habitam. Espera-se que as reflexões aqui empreendidas após a coleta das informações sejam capazes de iniciar ações em torno de “valores, interesses, mentalidades e visões de um mundo complexo que envolve cultura, política e ideologias” (MORAES, 1991, p. 16).

As questões elaboradas dizem respeito à geografização e organização do espaço acarauense por seus aspectos sociais e econômicos, que apresenta potencialidades e problemas. Além disso, instiga provocações relacionadas a mudança de conduta e valores relacionados à melhoria do lugar e da qualidade de vida de seus moradores. A partir do exposto, a meta central é identificar o nível de discernimento dos estudiosos e moradores do bairro de Outra Banda quanto à sua importância para a cidade de Acaraú.

Discute-se também a concepção de autores com o objetivo principal de apontar para o caráter da compreensão do conceito de lugar que se ocupados têm história e que por isso foram concebidos como espaços geográficos com suas ocupações e transformações do passado e do presente.

As análises desta pesquisa ganham suporte e vencem dificuldades de compreensão dos fatos apurados com a ajuda de recursos como mapas, cartogramas, tabelas, quadros, gravuras e fotografias, os quais sintetizam e põem em relevo as informações obtidas.

As fotografias ganham relevância nesta tese, pois são consideradas documentos, sem esquecer que se a fotografia informa, ela também conforma determinada visão de mundo e capta a mensagem através de arranjos espaciais. Pela quantidade de fotografias utilizadas, é

perceptível que o uso da imagem se tornou necessária nesta tese. A fotografia exerce o poder de comunicar a realidade como produção social, orientada pelo olhar do fotógrafo e pelos fins a que se destina. As imagens se configuram como documentos da “consciência social e matéria prima do conhecimento” (MARTINS, 2009. p. 11), afinal o mesmo autor afirma que a intensidade do cotidiano como tempo social, é um tempo impregnado de visualidade e têm o poder de decifrar as informações.

As imagens têm importância no sentido de possibilitar o retratamento do cotidiano dos lugares como tempo social de observação, que é um tempo impregnado de visualidade onde “a imagem produzida pelo homem, segundo diferentes concepções e estilos, diz ao homem, em cada época, quem o homem é” (MARTINS, 2009. p. 20) e concretiza entre os textos escritos o imaginário do cotidiano geográfico visual, a exemplo das fotografias 04, 05 e 06 do Centro da Cidade e de residências na localidade de Perseguida em uma área de Salgado, ambas representando contraste social no uso dos espaços.

Fotografia 04 – Área Central da Cidade de Acaraú – CE



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Fotografias 05 e 06 – Localidade de Perseguida em Acaraú – CE

Fonte: Santos, M. A. F. 2012.



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Ainda concordando com as ideias de Martins (2009), reconhece-se que o uso da fotografia tem a intenção de validar esta tese funcionando como recurso metodológico, um documento complementar ao questionário, entrevista anotada, gravada e o diário de campo.

O mundo que se fala nesta tese tem como informantes os pescadores e professores da disciplina de geografia que atuam em escolas localizadas no centro da cidade, pois as escolas que se localizam no bairro de Outra Banda não oferecem ensino do nível fundamental II e ensino médio, condição para que atuem professores da disciplina de geografia e possam entrar em contato com alunos de todos os bairros da cidade de Acaraú. As escolas de bairro,

portanto só oferecem ensino do fundamental I e nesta modalidade de ensino não atuam professores com disciplinas específicas.

De acordo com a Colônia Z-2 de Acaraú (2012), existem um mil e dez (1010) pescadores cadastrados no Porto de Outra Banda com o restante distribuído pelos Portos de Curral Velho (90), Aranaú (500), Espraiado (250) e Volta do Rio (150); perfazendo um total de dois mil (2000) pescadores em todo o município acarauense. De acordo com dados do posto do IBAMA em Acaraú, atualmente estes trabalhadores estão distribuídos em cem (100) embarcações a motor que pescam lagosta e peixe e setenta (70) canoas que pescam somente peixe.

Para esta pesquisa foram contatados sessenta e cinco (65) pescadores no Bairro de Outra Banda e adjacências em três momentos: entre os dias 24 e 25/07/2011; 20 e 21/02/2012 e 04 e 05/06/2012. As entrevistas foram realizadas com grupos de discussões e se opinava e ouvia uns aos outros no conjunto de depoimentos expostos, enquadrando-se esta pesquisa nos métodos história de vida e oral, centrados na “interpretação e na explicação que a pessoa no grupo tem sobre o seu comportamento e sobre as experiências que viveu”, conforme Haguette (1987-70 *apud* ALENCAR; GOMES, 1998), visualizada na fotografia de número 07.

Fotografia 07 – Família de Pescador na Hora do Jantar



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Foram contatados dez (10) professores de geografia apresentados na fotografia 08, entre os dias 05 e 06/06/2012, em três escolas que se localizam no Centro da cidade e atendem alunos do Ensino Fundamental II e Médio simultaneamente. Na Escola Estadual Liceu de Acaraú Maria Alice Ramos foi contatado três (03) professores e na Tomaz Pompeu

de Souza Brasil, dois (02). No Colégio Virgem Poderosa (escola particular), cinco (05) professores. Com esses professores acordou-se uma reunião nos dias citados em duas escolas: Liceu e Colégio Virgem Poderosa nas datas apresentadas.

Os encontros com os professores de geografia das escolas visitadas para a aplicação de entrevistas se constituíram em troca de experiências, especialmente em indagações sobre a vivência dos que fazem a escola e se as observações feitas no cotidiano escolar são levadas para o recinto familiar e por sua vez se as experiências familiares e do convívio do bairro constituem preocupação da escola.

Fotografia 08 - Professores de Escola Pública em Acaraú - CE



Fonte: Arquivo Pessoal, 2011.

Em princípio entregou-se para os professores o questionário elaborado, mas diante das discussões empreendidas, o que ocorreu de fato foram entrevistas em sistema de mesa redonda com resultados representativos do conhecimento geográfico sobre lugares de vivência deles e dos outros – da cidade de Acaraú e do bairro de Outra Banda, entendendo-se que o bairro de Outra Banda se configura nas discussões não como o lugar dos professores, mas dos pescadores e dos filhos de pescadores que frequentam as escolas no município de Acaraú.

A quantidade de pessoas contatadas se justifica pelo fato de se observar que em determinados momentos da pesquisa as respostas obtidas começavam a se repetir, entendendo-se que o círculo de respostas se fechava e as informações consideradas importantes para esta tese entravam em processo de esgotamento.

3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACARAÚ⁶

3.1 Situação e Localização

A ocupação de Acaraú tem início pelo bairro de Outra Banda em meados de 1699, influenciada pelo surgimento do porto, que serviu de ancoradouro e atraiu os primeiros moradores que por aqui construíram suas primeiras residências. O município tem nome indígena, “Acaracu” – que significa rio das garças. Atualmente a aparição dessas aves está cada vez mais rara, considerando a prática da caça nesses ambientes em tempos remotos.

Localizado entre os paralelos de 2° 53’ 08” de Latitude Sul e os Meridianos de 40° 07’ 12” de Longitude Oeste, o município de Acaraú está situado na desembocadura do rio homônimo, a Noroeste do Estado do Ceará, com área territorial de 843 km². É cortado pelo rio Acaraú no sentido Sul – Norte, ganhando várias ilhas, lagoas, manguezal⁷, praias, dunas, carnaubal⁸, além do estuário do rio, importante na ocupação da cidade, especialmente do bairro de Outra Banda. Faz limite ao Norte com o Oceano Atlântico; Sul – Morrinhos; Leste - Itarema e Oeste com os municípios de Bela Cruz, Cruz e Marco, distante 247 quilômetros da capital, posicionando-se como o mais setentrional dos municípios cearenses.

A altitude média do município encontra-se em torno de 13 metros, com predominância de relevo caracterizado por planícies litorâneas e tabuleiros costeiros pré-litorâneos; apresenta clima tropical quente semiárido brando, temperaturas em torno de 26° a 28° C; período chuvoso de janeiro a abril.

Quanto à regionalização, Acaraú pertence à macrorregião do Litoral Oeste Cearense. Algumas dessas características podem ser observadas nos mapas 02 e 03 apresentados em seguida.

⁶ Esta parte do texto está embasada nas seguintes referências: Acaraú. Câmara Municipal (1990a); Acaraú. Câmara Municipal (2000); FUNCEME (1995); IBGE (2010); SEMACE (1995); Vasconcellos (1999); Silva; Cavalcante (2004); Vieira (2010); Araújo (1991).

⁷ Ecossistema situado em áreas costeiras tropicais, como estuários e lagunas, regularmente inundado por água salobra, dominado por espécies vegetais típicas (mangues), às quais se associam outros organismos vegetais e animais. (Fonte: Dicionário Aurélio).

⁸ *Carnaubal* – Quantidade considerável de carnaubeiras, ou carnaúbas, árvore da família das palmáceas que produz cera largamente utilizada pela indústria de ceras e graxas para confecção de sapatos, assoalho etc. (Fonte: Dicionário Aurélio).

Mapa 02 – Município e Rio Acaraú no Contexto Cearense



Fonte: Adaptação do IBGE por Narcélio de Sá, 2012.

Mapa 03 – Município de Acaraú e Limites



Fonte: Narcélio de Sá, 2012.

3.2 O Processo de Produção do Espaço Acarauense

A ocupação da cidade de Acaraú, com as primeiras edificações se processa em torno de cinco Portos: Cacimbas, Acaraú (Bairro de Outra Banda), Imburamas, Ilha dos Coqueiros e Marambaia (Distrito de Aranaú), conforme mapa de número 04. Dentre estes, os Portos de Cacimbas e Outra Banda são os mais importantes, pois desempenhavam entre os anos de 1740 a 1790 papéis de portos de cabotagem, trazendo movimento àquela povoação marítima (ARAÚJO, 1982).

Mapa 04 – Portos no Município de Acaraú – CE



Fonte: Narcélio de Sá, 2012.

Quando se inicia a ocupação do território acarauense (1699), o Brasil ainda se apresentava indefinido quanto a sua delimitação territorial. Já a ocupação efetiva de seu território aconteceu de maneira tardia, somente em 1849, conforme dados fornecidos pelo Programa de Educação Ambiental do Ceará (PEACE) da SEMACE (1995).

A distância da capital tornava-o um lugar isolado e desinteressante, entretanto, segundo relatos de Araújo (1991), em setembro de 1614 o navegador Diogo de Campos Moreno mencionara em seu diário de viagem ao Maranhão, sua passagem por estas terras, ao que percebe, como um pequeno arraial. Ainda segundo esse autor, os primeiros povoadores de

Acaraú seriam pescadores vindos do Sul, os quais se estabeleceram no lugar chamado Presídio, situado nas proximidades da atual cidade.

Os portos de Cacimbas, Imburanas e Ilha dos Coqueiros perderam suas funções no ano de 1968, em detrimento dos portos de Outra Banda e Marambaia, nos quais os barcos de pesca atracam e abastecem-se para as pescarias em alto-mar e retornam com os peixes e as lagostas para serem comercializados. Nessa época se construiu no porto de Outra Banda quatro trapiches destinados às embarcações que ali ancoram diariamente nas marés cheias (ARAÚJO, 1982).

Desde o início da ocupação, quando passa da condição de povoado para município, no ano de 1849, Acaraú já apresentava grande quantidade de pescadores, reconhecendo-se a necessidade de organização dessa população. Em 1850, instala-se a Capatazia do Porto de Acaraú com o objetivo de controlar o grande movimento de embarcações, que na época aportavam em Cacimbas. Em 1849, a Câmara Municipal conclui a elaboração do orçamento daquele município para seu primeiro exercício financeiro e a parcela da pesca já era significativa para a economia do município, conforme dados apresentados a seguir (SANTOS, 1993).

Tabela 01 – Receita do Município de Acaraú - 1849

Receita	523\$300
Despesa	404\$705
Parcela Pesca	396\$000

Fonte: Prefeitura Municipal de Acaraú, 1992 (apud SANTOS, 1993).

Com o crescimento do município, somente no final dos anos de 1990, operam-se algumas mudanças na economia de Acaraú, considerando o enfraquecimento do movimento pesqueiro, que cede espaço para outros empreendimentos, como o comercial e a agricultura, perdendo importância na manutenção da Receita Municipal.

Outro empreendimento expressivo nas praias e no rio Acaraú é a carcinicultura, crescente nesses espaços litorâneos, apesar de constar na Lei Orgânica do Município de Acaraú no seu capítulo III, art.150, da Política de Meio Ambiente e Saneamento Básico, que toda a região compreendida no litoral acarauense é área de proteção permanente (ACARÁU, 1990). Compreende-se, portanto, que o aumento de uma população e de empreendimentos de forma desordenada dá início aos problemas socioambientais neste município.

Analisando artigos da Lei Orgânica Municipal de Acaraú, vale ressaltar que a mesma é ignorada, quando se observa a falta de respeito ao art. 152 que promove a ordenação do território, e define o zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegura a proteção dos recursos naturais, em consonância com o disposto na legislação estadual pertinente.

O art. 159 designa o Conselho Municipal do Meio Ambiente para realizar fiscalização e a punição para quem praticar a pesca predatória, ocupação ou retirada dos mangues, mantendo sob controle os viveiros de peixes e de camarões, práticas bastante realizadas nos últimos tempos.

Esta Lei assegura a integridade territorial do município, bem como dos seus recursos naturais e vislumbra para as comunidades ocupantes ambientes íntegros e saudáveis, sem quaisquer conflitos sociais. Mas não é bem isso que se observa, pois por meio de depoimentos dos moradores foram relatadas situações de abandono, desprestígio, exploração, perda de território e da dignidade humana.

Segundo texto divulgado pelo Plano de Educação Ambiental do Ceará – Acaraú, “a criação do camarão tem sido responsável pelo desenvolvimento e divulgação de tecnologias”, mas o que se observa a partir da realidade socioespacial são resultados negativos especialmente nos manguezais que sofrem impactos, muitas vezes, decorrentes dessas novas tecnologias aplicadas pelo grande capital e que visam, sobretudo, um lucro imediato.

Os mangues e estuários são dentre os ecossistemas os mais fecundos, servindo de habitat a muitos peixes de barbatanas e mariscos. As algas também armazenam nutrientes para os mariscos e peixes, filtram a poluição e previnem a erosão das áreas costeiras (MACEDO, 2000). Esta última característica tem fundamental importância para estes ambientes, pois a erosão que se desenvolve as margens do rio Acaraú já se faz sentir através do seu assoreamento, com perda de suas espécies e profundidade, prejudicial para o atracamento dos barcos pesqueiros e/ou de passeios, observado na fotografia de número 09.

Os pescadores e suas famílias são os mais prejudicados e assim perdem a oportunidade de se tornarem sujeitos participativos na construção de espaços equilibrados com qualidade de vida e consciência da interferência e redefinição de seus lugares. Diante dos fatos, os pescadores e suas famílias são sujeitos propensos a perder seus espaços.

Fotografia 09 – Assoreamento do Rio Acaraú à Jusante



Fonte: Santos, M. A. F. 2011.

Diversos outros impactos são recorrentes nesses locais tais como: a extração da madeira, construção de salinas, aterros para construção de casas, lançamento de lixo e canalização dos esgotos domésticos para o rio, além da instalação de usinas eólicas. Ao priorizar o crescimento econômico, não se questionam os impactos socioambientais gerados pelos empreendimentos que ali se instalam. Prevalece a demanda econômica que preenche os anseios de uma comunidade carente de emprego e renda.

O Código de Pesca Brasileiro (1967) ⁹ é um dos primeiros documentos reguladores dos cursos d'água e que poderia ter sido útil no território acarauense em princípios de sua

⁹ Algumas partes consideradas essenciais para melhor compreensão:

Art. 37 - Os efluentes das redes de esgoto e os resíduos líquidos ou sólidos das indústrias somente poderão ser lançados às águas, quando não as tornarem poluídas.

Art. 38 - É proibido o lançamento de óleos e produtos oleosos nas águas determinadas pelo órgão competente, em conformidade com as normas internacionais.

Art. 59 - A infração ao art. 38 será punida com multa de dois a dez salários mínimos vigentes na Capital da Republica, dobrando-se na reincidência.

§ 2.º - A responsabilidade do lançamento de óleos e produtos oleosos será do comandante da embarcação.

Parágrafo único. [...] poderão ser destinadas, através da SUDEPE, verbas específicas no Orçamento da União, para a manutenção e execução dos programas de assistência médica e educacional, propiciados por essas entidades, aos pescadores profissionais e suas famílias.

Art. 95 - A SUDEPE poderá doar a órgãos federais, estaduais, municipais, para estatais e associações profissionais de pescadores, seus hospitais e materiais hospitalares ou, mediante convênios, acordos ou ajustes,

ocupação, mas aqui a sua implantação não logrou êxito, considerando a falta de divulgação deste documento.

Neste cenário de descaso e desinformação, a ocupação de Acaraú se processa com registros escritos do ano de 1700. Em 1799, elevou-se o povoado à categoria de distrito da cidade de Sobral e em 31 de julho de 1849 elevou-se esta localidade à categoria de município.

O rio permite à cidade de Acaraú e, especialmente ao Bairro de Outra Banda, toda a dinâmica que um elemento natural pode trazer a um espaço como no transporte de pessoas, nas atividades econômicas, nas paisagens e na criatividade de um povo que presencia, conta e inventa histórias de um lugar organizado por ricos e pobres. “Funcionou como porta de entrada à ocupação do Estado, que adentrou o sertão rio acima, servindo em princípio, de escoadouro da produção proveniente da atividade pastoril” (SEMACE, 1995).

O baixo curso do rio Acaraú apresenta alterações antrópicas danosas em um ambiente naturalmente propenso a ocorrência de processos erosivos, ocasionando o assoreamento de todo o vale do rio principalmente na sua foz.

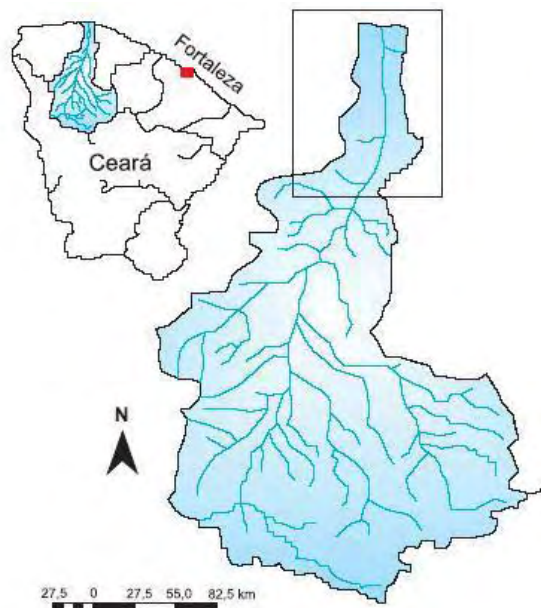
As consequências ambientais por conta deste processo se intensificam na área mostrada no mapa 05 e fotografias 09 e 10, pois a mesma é composta de caatinga e vegetação ciliar (carnaubais), removida para implantação de pastagem, fruticultura irrigada, retirada de solos, instalação de olarias e carcinicultura.

Ao receber os sedimentos na sua foz, este trecho do rio assoreado se ressentir e os impactos afetam diretamente a fauna aquática fluvial e de mangue. Há escassez de peixes ao longo do rio, desaparecimento das áreas de reprodução marinha, redução na quantidade de espécies comerciais como peixes e crustáceos e enfraquecimento que ameaça a extinção da pesca artesanal do camarão (DINIZ, 2008).

Araújo (1991) nos conta que este lugar se configura como uns dos mais antigos redutos dos tempos coloniais e que nessa barra atracavam além dos navios regularmente em movimento, os chamados navios piratas, que realizavam operações de escambo ou de produtos nobres por quinquilharias originárias do Velho Mundo.

outorgar a administração dos mesmos a essas entidades (Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e, dá outras providências).

Mapa 05: Baixo Curso da Bacia do Rio Acaraú



Fonte: Simone Ferreira DINIZ; César Augusto MOREIRA; Fabrício Aníbal CORRADINI. Pós-graduação em Geociências e Meio Ambiente, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, UNESP/Campus Rio Claro, 2008.

Fotografia 10: Baixo Curso do Rio Acaraú



Fonte: Santos, M. A. F. 1993.

Os primeiros povoadores de Acaraú trabalhavam na lavoura e na pecuária, ocupando-se com a pesca bem depois, sendo praticada inicialmente por uma minoria da população. À

medida que a procura pelo pescado aumentava, a população praieira procurava meios mais eficientes de pescaria, como o uso de currais e outras armadilhas para a pesca a exemplo do manzuá que, no início do século XIX, deram bons resultados, considerando a pequena população e o impacto ambiental inexpressivo no rio, carnaubais e manguezais.

Observa-se que a ocupação da cidade se deu com a instalação das edificações tendo o rio como seus quintais, que serviu por muito tempo como despejo de lixo, situação que ocorre principalmente na parte central da cidade que, além disso, utiliza-se do traçado das ruas para o ocultamento do mesmo. O acesso ao rio se dá somente por um final de rua perpendicular, que se tornou a entrada para a localidade de Perseguida, ambiente de manguezal aterrado ocupado por moradores de poucos recursos, que alaga durante o período das fortes chuvas, considerado área de risco e que tem início a instalação de um pequeno estaleiro para construção e reparos de embarcações, conforme fotografias 11 e 12.

Fotografia 11 – Comunidade de Perseguida



Fonte: Santos, M. A. F. 2006.

Fotografia 12 – Estaleiro na Comunidade de Perseguida



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Considerando que esta localidade é oriunda de um aterro de manguezal em uma área estuarina para instalação de uma salina no ano de 1874, fica evidente o descumprimento ao Código Florestal, assim como ao Código de Posturas do Município de Acaraú – Ceará, que no seu Art. 154 do Capítulo II da Política de Meio Ambiente e Saneamento Básico considera área de proteção permanente o carnaubal, o manguezal, as áreas estuarinas e as paisagens notáveis; e proíbe, conforme o Art. 153 do referido capítulo, a “colocação de lixo ou qualquer espécie de detrito e dejetos no leito e/ou às margens do rio Acaraú, nos limites do município, promovendo a devida fiscalização e apuração de responsabilidades, quando infringida a lei” (ACARAÚ. Câmara Municipal, 1990a).

A população estimada de Acaraú é de 58.848 habitantes (IBGE, 2012), destacando-se no cenário noroeste acarauense em número de população urbana e rural. É o município mais antigo da Mesorregião Geográfica Noroeste do Estado, portanto mais sujeito a perdas territoriais através das emancipações de seus distritos, mesmo assim ainda apresenta uma das concentrações demográficas mais significativas, conforme ilustra as tabelas 02 e 03.

Tabela 02 – População Urbana e Rural – Mesorregião Noroeste Cearense, 2010.

Municípios	Área (km ²)	População (hab.)	Urbana	Rural	Ano de fundação
Jijoca de Jericoacoara	205	17.002	5.556	11.446	1.992
Morrinhos	416	20.703	9.615	11.088	1.957
Cruz	334	22.480	9.570	12.910	1.985
Marco	574	24.707	15.435	9.272	1.951
Santana do Acaraú	969	29.977	14.575	15.402	1.862
Bela Cruz	824	30.873	12.992	17.881	1.957
Itarema	721	36.536	15.937	21.525	1.985
Acaraú	843	57.542	28.237	29.305	1.849
Fortaleza (capital)	315	2.447.409	2.447.409	0	1.823
Ceará	148.920	8.448.055	6.343.920	2.104.065	1.799

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 03 – População na Região do Baixo Acaraú, 2010 e 2012.

Município	População estimada - 2012	População em 2010
Acaraú	58.848	57.542
Bela Cruz	31.259	30.873
Cruz	22.887	22.480
Itarema	38.547	36.536
Jijoca de Jericoacoara	17.744	17.002
Marco	25.349	24.707
Morrinhos	21.119	20.703
Total	215.753	209.843

Fonte: IBGE, 2010.

Apesar do município de Acaraú apresentar atrativos naturais e população expressiva na mesorregião mencionada, não desponta no cenário cearense como atração turística, dada a vocação desse lugar ser a atividade da pesca empresarial e artesanal em detrimento da atividade turística. O mesmo não acontece com a comunidade praiana de Jericoacoara no município de Jijoca, outrora distrito de Acaraú. A praia de Jericoacoara é revelada como uma das praias mais belas do mundo, atraindo um contingente turístico nacional e internacional expressivo. Por isso é alvo de análises e críticas, considerando a descaracterização de seu ambiente físico e social em favor de um turismo predatório, fato questionado pelos moradores de Acaraú quando indagados sobre as perdas territoriais com a emancipação dos distritos, entre eles o de Jijoca de Jericoacoara.

Acaraú continua com a maior população na região do Baixo Acaraú, com o total de 58.848 e Jijoca de Jericoacoara com o menor quantitativo: 17.744 moradores. Todos os

municípios da região apresentaram aumento no número de habitantes, com relação ao último censo realizado pelo IBGE, no ano de 2010.

As estimativas populacionais são fundamentais para o cálculo de indicadores econômicos e sociodemográficos nos períodos intercensitários e são, também, um dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União na distribuição do Fundo de Participação de Estados e Municípios, para muitos municípios a única fonte de renda, além de constituir parâmetro de evolução espacial, considerando a ocupação de seu território, independente das políticas públicas adotadas em nível estadual e municipal.

Observações realizadas em torno do porto de Outra Banda constataam problemas de ordem social como: a disseminação do uso e tráfico de drogas e problemas socioambientais. O uso incorreto dos estuários com a retirada dos manguezais, argilas e areias, o que favorece o assoreamento do rio Acaraú no porto e na barra. Essas práticas predatórias dificultam a penetração das embarcações. Outra dificuldade está relacionada à confecção de cerâmicas, responsáveis pelas escavações desordenadas do solo, poluição e comprometimento dos carnaubais que compõem a “mata ciliar”¹⁰ do rio Acaraú (SEMACE, 1995).

O manguezal apresenta significado econômico marcante para o bairro de Outra Banda, pois ali se extraem caranguejos, siris e sururus; Encontram-se solos arenosos no litoral, aluviões nas proximidades dos rios que compõem o espaço dos carnaubais e ambiente de salinas, as quais estão desativadas, sendo substituídas pela prática da carcinicultura.

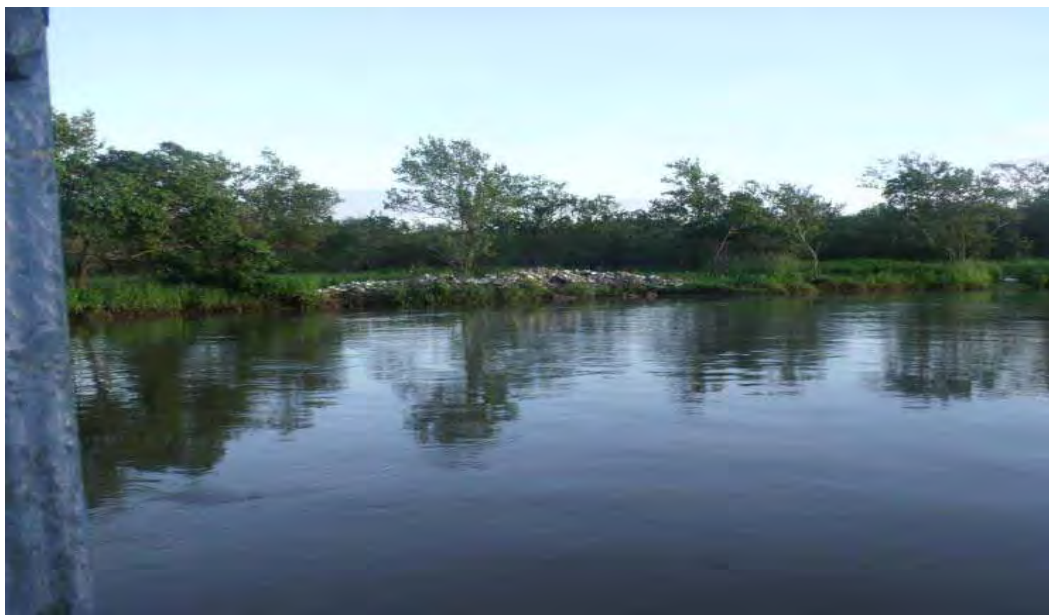
Os problemas ambientais acontecem devido às práticas de intervenções predatórias como retirada de argilas, areias, aterros e depredação da vegetação original (carnaubais e manguezais) apresentada, apesar de constituírem áreas de preservação ambiental, conforme o Código de Posturas do Município (1990) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Acaraú (2000), os quais poderiam atuar com fiscalização e aplicação de multas.

Estas práticas comprometem também a qualidade da água dos trezentos e setenta e cinco (375) quilômetros percorridos entre trinta (30) municípios, alguns com atividades industriais, outros com irrigação e piscicultura. Diante de tais atitudes ilustradas pelas fotografias 13, 14 e 15, indaga-se aos órgãos competentes se poderiam trabalhar Programas de Educação Ambiental com esses trabalhadores que precisam se utilizar dos recursos disponíveis e ocupar os espaços apropriando-se deles. Afinal, “o homem produz para sobreviver e para perpetuar a espécie, perpetuando e transformando o espaço” (CARLOS,

¹⁰ Vegetação das margens dos rios, lagos, represas, córregos e nascentes, considerada faixa de preservação (Fonte: Dicionário Aurélio).

1979). Essas transformações, no entanto, podem ser minimizadas se tratadas mediante ações sustentáveis.

Fotografia 13 – Resíduos de Embarcações na Margem Esquerda do Rio Acaraú.



Fonte: Santos, M. A. F. 2011.

Fotografia 14: Retirada de Areia no Leito do Rio Acaraú



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Fotografia 15: Depredação do Carnaubal às Margens do Rio Acaraú

Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Em Acaraú, a atividade pesqueira tem se destacado e expressa ação sobre os espaços e imprime nele suas marcas. Estes espaços chamados de objeto formal por Milton Santos sofrem transformações com a evolução das técnicas e demandas de consumo, e são produzidos e reproduzidos continuamente. O maior responsável, portanto, pelas peculiaridades dos lugares são os que se apropriam do patrimônio histórico-cultural, sujeitos protagonistas de suas memórias, não esquecendo que o tempo de hoje é o reflexo dos tempos de ontem que se materializam no lugar (SANTOS, 1997) e por isso devem ser lembrados para perpetuação e garantia de sua preservação.

Apesar dos problemas observados, as áreas estuarinas do rio Acaraú em conjunto com o porto para ancoragem, se comportam como atrativos para outros bairros, o que traz ao mesmo a condição de centralizador, caracterizando Outra Banda como “lugar de todo o mundo”. Tal fato reforça a importância dada a esse bairro, defendida na tese.

3.3 Fragmentações do Território Acarauense

Para entendermos as motivações que levaram às fragmentações no espaço acarauense nos remetemos à história brasileira com o advento da Constituição de 1946, que possibilitou autonomia aos municípios, já amparados pelas Leis Orgânicas Municipais, os quais passaram a serem entes federativos com autonomia instituída pelos prefeitos e vereadores eleitos e legitimados pelo voto popular, que imbuídos de autonomia a usavam inclusive para dividir e criar novos municípios.

Com vantagens restauradoras dos direitos dos Estados, os municípios passam a gozar de maior generosidade fiscal, com redistribuição mais equitativa de uma parcela da arrecadação federal do imposto sobre a renda, discutida por Santos (1996), o qual nos lembra sobre um novo uso do território que se instala neste momento em todo o Brasil, com ampliação de novas divisões político-administrativas e configurações resultantes de uma nova organização política, principalmente uma malha municipal que se amplia de acordo com os interesses de políticos, ávidos por novas máquinas administrativas municipais.

De acordo com o IBGE, em 1946 o Brasil possuía 1.700 municípios, passando para 1.890 em 1.950. Em 1.963 já eram 4.235 municípios. Segundo este instituto, em quatrocentos e quarenta e seis anos foi produzido no Brasil, 1.700 municípios. Em dezoito anos (Constituinte de 1.946 até o golpe militar de 1964) foram criados outros 2.535 municípios assim registrados:

Tabela 04 – Municípios Criados no Brasil de 1940 – 2000

Estado	Crescimento no N° de Municípios Criados
Rio de Janeiro -----	12%
Santa Catarina -----	331%
Paraíba -----	309%
Goiás -----	289%
Ceará -----	283%
Rio Grande do Norte -----	261%
Paraná -----	243%
Mato Grosso -----	189%

Fonte: IBGE, 2010.

O menor crescimento de municípios foi registrado no Estado do Rio de Janeiro; em seis outros estados o crescimento ficou entre 38% e 91%; em todos os outros dezessete

estados da federação o crescimento foi acima de 100%, destacando-se Santa Catarina, Paraíba, Goiás, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Mato Grosso (IBGE, 2010).

Considerando os dados entende-se que a explosão do número de municípios verificada depois de 1946 é resultado não só das prerrogativas municipais conforme Santos (1997), mas também uma tentativa de normatização sobre um território com um contingente populacional exigente por espaços administrativamente bem definidos.

O artigo 14 da Constituição de 1967 impunha critérios considerados centralizadores e dificultadores para os interessados em emancipação de novos municípios como: população superior a 10 mil habitantes ou não inferior a cinco milésimos da população do Estado; eleitorado não inferior a 10% da população e centro urbano com mais de 200 casas, além de ter que comprovar na arrecadação municipal, cinco milésimos no último ano de exercício em tributos do total arrecadado no Estado.

A constituição de 1988 operou algumas modificações nos critérios para emancipação dos distritos interessados atribuindo mais autonomia aos estados e municípios no sentido de descentralizar a decisão pelos desmembramentos, no que diz respeito à flexibilização dos requisitos necessários à criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, inovando com critérios na preservação de unidades histórico-culturais e ambientais e consulta popular mediante plebiscito diretamente com a população interessada. Conforme tabela 05 apresentada, dos anos 1980 a 2000 a Região Nordeste lidera o número de municípios criados no território brasileiro, usufruindo das facilidades oferecidas pela legislação vigente, apesar das dificuldades impostas.

Tabela 05 – Municípios Brasileiros por Região Criados de 1940 – 2000

REGIÕES	ANOS						
	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Norte	88	99	120	143	153	298	449
Nordeste	584	609	903	1376	1575	1509	1791
Sudeste	641	845	1085	1410	1410	1432	1668
Sul	181	224	414	717	719	873	1189
Centro-Oeste	80	112	244	306	317	379	463
TOTAL (Brasil)	1574	1889	2766	3952	3974	4491	5560

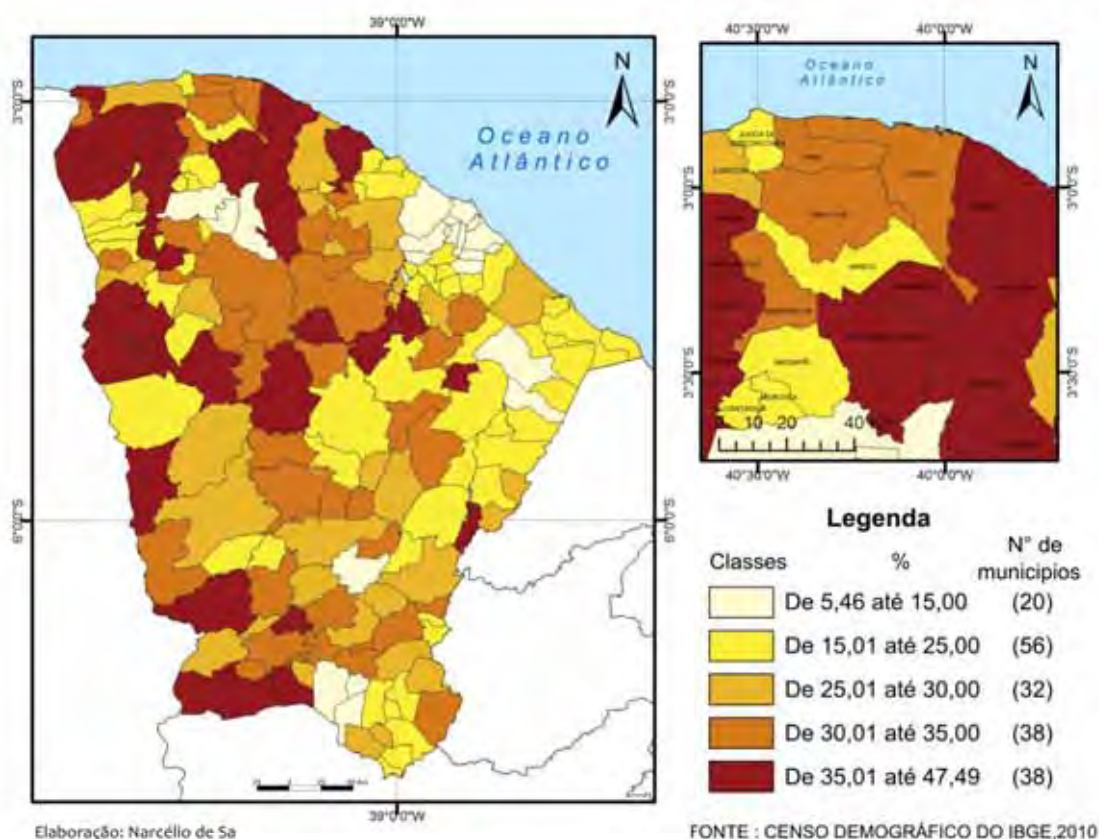
Fonte: IBGE, 2010

Faz-se notável a observação de que não se pode afirmar que a divisão do território nos municípios nordestinos garante facilidade na administração e, conseqüentemente,

desenvolvimento a essas áreas. No entanto, nota-se a permanência da concentração da pobreza, conforme o mapa de número 06 que apresenta para o município de Acaraú uma renda per capita inferior a R\$ 70,00.

De acordo com os dados do Censo Demográfico (2010), no ano de 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) estipulou o valor de renda familiar mensal de R\$ 70,00 por pessoa, como linha de miséria, quando do lançamento do Programa de Erradicação da Extrema Pobreza do Governo Federal. Em consonância com essa linha de extrema pobreza adotada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibilizou um conjunto de dados relativos à população e aos domicílios particulares permanentes sem rendimento e com rendimento nominal mensal domiciliar per capita inferior a 70 reais, ilustrados no mapa 06.

Mapa 06 – População Cearense: Renda Per Capita Inferior a R\$ 70,00 em 2010



Esses dados demonstram que o estado do Ceará possui 1.502.924 moradores residentes em domicílios com rendimentos mensais por pessoa que não ultrapassavam o valor

de R\$ 70,00 (IBGE, 2010). Isso significa que 17,8% da população cearense foram classificadas em situação de miséria, com base no parâmetro estabelecido pelo MDS. Em termos proporcionais, o Ceará é o sétimo estado da federação com maior percentual de pessoas nessa condição. Já em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar per capita, 9,24% estão localizados no Ceará. Isto implica que o Estado é o terceiro do país com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis, atrás apenas da Bahia (14,80%) e do Maranhão (10,40%) (IBGE, 2010).

Em 1863, processa-se o desmembramento da malha municipal de Acaraú com a emancipação dos distritos de Santana do Acaraú, Marco e Morrinhos; seguindo-se as emancipações de Bela Cruz (1957); com enorme impacto na área do município original, que o reduz pela metade. Os distritos de Jijoca de Jericoacoara, Cruz e Itarema, foram os últimos distritos a serem desmembrados do território acarauense no ano de 1986 (VASCONCELLOS, 1999).

O cartograma 01 representa na evolução das fragmentações do município de Acaraú, uma sequência de três momentos marcantes, representado pelo desenho das áreas municipais nos anos de 1863, 1957 e 1986, respectivamente. Dos oitenta e quatro anos passados da primeira emancipação (Marco, Morrinhos e Santana do Acaraú), aos dias atuais, as reivindicações para a criação de novos municípios no Vale Acarauense acontecem a cada eleição municipal, em espaços de tempo mais curtos (vinte a trinta anos), o que tornou o ciclo de vida de uma geração incompleto, impossibilitando a vivência por parte dessas pessoas, desvinculadas politicamente de seus territórios após as emancipações.

Os sucessivos desmembramentos da malha municipal acarauense pela emancipação de novas unidades político-administrativas provocaram fragmentações excessivas no território e, como consequência, diminuição percentual da população, implicando para o município menos repasse dos fundos de participação (FPM). Como resultado surge novos municípios indicando maior ou menor ocorrência de disputa pelo poder local, desagradando aos munícipes, que convive com essas perdas e ausência de melhores condições de infraestrutura para as cidades. Acaraú conta hoje com três distritos: Lagoa do Carneiro, Aranaú e Juritianha.

Cartograma 01 – Acaraú Antes e Depois dos Desmembramentos



Fonte: Vasconcellos, 1999.

Conforme Atlas Escolar do Ceará (SILVA; CAVALCANTE, 2004), a partir do final dos anos 1970, o litoral tem destaque excepcional na atividade turística e o município de Jijoca de Jericoacoara, outrora desmembrado de Acaraú no ano de 1986 se enquadra nesta atração do litoral em consequência dos programas para o desenvolvimento do turismo nordestino. Por outro lado, fica evidente a fragilidade do município de Acaraú, quando perde essa parte de seu litoral, repleto de atrações naturais como lagoas, dunas, tabuleiros, manguezais e a praia de Jericoacoara, conhecida internacionalmente, com grande fluxo de turistas nacionais e internacionais, visualizada na fotografia 16.

Fotografia 16: Praia de Jericoacoara



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Os professores e os pescadores entrevistados nesta tese questionam se o município teria realmente perdido com a emancipação desta praia, pois entendem que a ocupação que se

fez em Jericoacoara é a de um turismo predatório, indiferente ou até mesmo ruim para a população local. Embora tal atividade traga receita aos cofres do município, esse tipo de turismo não é o ideal, visto que a efemeridade do mesmo e os danos trazidos põem em xeque a vigência desse modelo de desenvolvimento excludente, considerando como exemplo a aculturação dos nativos.

Diante do exposto, observa-se que as fragmentações no território acarauense ocorreram em praticamente todos os sentidos geográficos: Sul, Leste e Oeste, podendo ocorrer novas emancipações, de acordo com os anseios dos atuais distritos de Aranaú e Juritiana (fotografias 17 e 18), os quais reivindicam a emancipação administrativa, inserindo novos municípios no contexto político do Estado do Ceará.

Há controvérsias quanto às opiniões sobre criação de novos municípios no Estado do Ceará, pois segundo alguns políticos locais, a medida compromete o orçamento das cidades que vão perdendo seus distritos, que desmembrados, de acordo com a opinião de políticos locais, prejudica o orçamento das cidades que tiveram seus distritos suprimidos. A justificativa dos parlamentares que se posicionam contra as emancipações municipais está baseada na qualidade da administração pública que ao perder e/ou construir território há comprometimento da máquina pública no que diz respeito a irregularidades originadas pela criação de novas prefeituras com mais gestores, mais serviços públicos e nepotismo.

Cartograma 02 – Municípios em Luta pela Emancipação



Fonte: Vieira, 2010.

Fotografia 17 – Distrito de Aranaú em Acaraú - CE



Fonte: Santos, M. A. F. 2011.

Fotografia 18 – Pescador em Aranaú costurando rede de pesca



Fonte: Santos, M. A. F. 2011.

Aqueles que se posicionam a favor das emancipações acham fundamental que isso aconteça, pois se trata de

prática de democracia garantidora de melhor distribuição de recursos, descentralização dos investimentos, gerenciamento direto das receitas e demandas, assim como, melhor prestação dos serviços públicos essenciais e desenvolvimento da economia local, além de favorecer uma melhoria substancial na qualidade de vida e na elevação da autoestima do seu povo (VIEIRA, 2010).

A análise dos discursos contra ou em prol das emancipações municipais mostra-nos diferentes posicionamentos políticos, a complexidade dos fatos e nos permite fazermos reflexões acerca das reais necessidades sociais e espaciais dos espaços diferenciados, e se os plebiscitos aplicados nos distritos estão realmente de acordo com os anseios dos cidadãos ou se o interesse pela construção de novos espaços não passa de apropriação e transformação de um dado território com interesses exclusivos ao capital à custa da ingenuidade de povos com pouco ou nenhum esclarecimento sobre as consequências da criação de um novo município.

3.4 Atividades Econômicas e Suas Implicações no Espaço Acarauense

Com o processo de modernização do Nordeste Brasileiro citado por Andrade (1975) e (2005), todo o litoral nordestino vem sendo desenvolvido com a criação de camarões voltada para o mercado interno e especialmente para a exportação, juntamente com o desenvolvimento do turismo. Neste cenário tem destaque o Estado do Ceará com suas praias de temperaturas mornas durante todo o ano.

Estes indicadores, no entanto ainda não foram capazes de eliminar o estigma que acompanha o Nordeste Brasileiro como a região mais pobre do país, visto que este crescimento mencionado é lento, desigual, alheio aos interesses da população e favorecedor das elites que exploram o povo e a região ao seu bel prazer.

Analisando o crescimento das cidades nordestinas, principalmente das capitais, Andrade (1975), classifica este crescimento como desordenado, responsável pelo despovoamento do campo e formador de multidões desempregadas e sem rendas, com reflexos diretos nos índices alarmantes de violência e criminalidade. O mesmo autor também afirma que, o Nordeste Brasileiro é uma região carente de organização racional, isto é, crescimento ordenado para abrigar seus habitantes, as suas indústrias e os seus serviços.

Apresentamos a seguir as atividades econômicas desenvolvidas no município de Acaraú; algumas que ficaram no passado pela ausência de políticas públicas comprometidas

com a sociedade local, sendo a atividade mais importante para esta pesquisa a pesca, ainda vigente no espaço econômico acarauense, especialmente para o bairro de Outra Banda, apesar da ameaça da criação de camarão em cativeiro, atividade que vem se alastrando nos salgados dos estuários acarauenses.

3.4.1 Charqueadas

Favorecido pela desembocadura do rio principal, estas terras dispõem de sal, abundância de ventos e sol, motivo principal para o desenvolvimento das charqueadas ou Oficinas de Carne que consistia na conservação da carne ao sol e ao vento, destinada à exportação para os grandes mercados consumidores do restante do nordeste (SEMACE, 1995). A indústria de carne seca, jabá ou charque funde-se com a ocupação desse lugar e antes de sua fundação, por apenas meio século (1745–1790), proporcionou neste município movimento econômico e lucros satisfatórios quando foram instaladas duas fábricas de charque: uma no bairro de Outra Banda, em 1745 e alguns anos depois uma segunda na Rua Santo Antônio, no centro da cidade (GIRÃO *apud* ARAÚJO, 1940).

Segundo o historiador citado a povoação de Acaraú deve muito a esta atividade da indústria da então carne seca, que no contexto do nordeste pastoril, gozava de excepcional situação geográfica, fazendo usufruto do porto de Cacimbas e Outra Banda que embarcavam o produto para Pernambuco, Bahia e outros destinos. Antes o gado era deslocado a pé até os locais de consumo e perdia peso no trajeto, prejudicando o lucro dos fazendeiros locais, que resolveram este problema instalando as salgas das mantas de carne nas áreas próximas aos estuários dos rios, locais propícios tanto à embarcação como à desidratação da carne, em razão da existência de sal, vento e sol.

Quem mais se beneficia da localização geográfica de Acaraú é a cidade de Sobral, que desponta como uma das cidades prósperas no comércio do charque e dos couros, usufruindo do porto acarauense para escoar a produção, despontando na porção norte do Ceará pelo seu crescimento e aformoseamento, símbolo da riqueza do gado.

A inexpressiva pecuária de Acaraú foi sendo substituída pelo plantio do coqueiro e cajueiro, contribuindo para a diminuição de terras disponíveis para a manutenção de pastos e por isso, a pecuária passou a ser mais explorada nas regiões sertanejas.

A era do charque se finda depois das secas de 1790/93, que devastaram o sertão cearense, impossibilitando a continuação da pecuária. Com este evento a produção das primeiras charqueadas do Brasil juntamente com as técnicas da fabricação do charque foi transmitida a sucessores e empregados e transplantadas para o Rio Grande do Sul (ARAÚJO, 1940).

3.4.2 Sal Marinho

A indústria do sal marinho teve início no Estado do Rio Grande do Norte e no Ceará, com a descoberta de salinas no período da invasão holandesa no ano de 1640 (ARAÚJO, 1940). Esta atividade expressa na época grande valor de produção e toma impulso na primeira metade do século XIX. Em 1851, a Câmara local acarauense permite o funcionamento das primeiras salinas, numa sucessão de muitas outras até o ano de 1967. De acordo com Araújo (1991), em 1883 já haviam instalado 12 salinas no município de Acaraú. Até a última salina instalada, somaram-se mais 16, num total de 28 salinas espalhadas pelas beiras do rio Acaraú e em Camboas de Sagüim, Perseguida, Outra Banda e Cacimbas; nos salgados de Alazã Velha, Carnaúba, Coroa Grande, Jenipapo, Pai José, Passagem Rasa, Correguinho, Jericoacoara, Almofala, Aranaú e Curral Velho, todas desativadas ou em fase de decadência, conforme fotografia 19.

Fotografia 19 – Salina Desativada na Localidade de Papagaio



Fonte: Santos, M. A. F. 2013.

A maioria dos terrenos ocupados pelas salinas citadas, hoje se prestam às atividades da carcinicultura, pois se constituíram em solos exauridos, impraticáveis para a recuperação dos mangues. Outras localidades nas quais se praticaram largos aterros de barro, contíguos às salinas, a exemplo das salinas de Perseguida (Baixa dos Martins) e Alazã Velha, atualmente estão ocupadas por comunidades carentes.

Tabela 06 – Instalação de Salinas no Município de Acaraú

ANO	LOCALIDADE	PROPRIETÁRIO (S)	Nº DE SALINAS	
1851	Não informada	Não informado	01	
1865	Fundos da Rua Santo Antônio	Francisco A. Louzada Vicente Pongitori	02	
1874	Camboa da Perseguida (Baixa dos Martins)	Major Francisco Teófilo Ferreira	01	
1890	Curral Velho	Leocádio de Araújo Costa Antonio Ferreira Sales	01	
	Sagüim	José de Paula Pessoa Vicente Pires Barbosa Manuel Horácio da Silva	01	
1897	Cacimbas	Paulo José Rodrigues Bento Louzada Gonçalves Firma H. Dantas	01	
1927	São José	Miguel Pio da Rocha Eduardo Gifoni	01	
1951	Papagaio	João Jaime S/A	01	
1965	Manguinhos Curral Velho (Salina São João)	Francisco Adenor Martins (Salinas Brasileiras LTDA) João Damasceno dos Santos	01	
1966	Aranaú Carnaúba	Josino Bernardino da Silveira	01	
1967	Coroa Grande Jenipapo Pai José Passagem Rasa Correguinho Jericoacoara Almofala			
	Caraúbas			Adenor Martins
1998				

Fonte: Pesquisa direta de campo. Santos, M. A. F. (2011).

3.4.3 Cera de Carnaúba

A carnaubeira, classificada por Humboldt como “árvore da vida”, representa sólida riqueza na atividade extrativista nordestina. A paisagem acarauense está tomada por carnaubais, aproveitando-se de todas as partes da árvore, especialmente o pó que se extrai de suas folhas para a produção da cera, ilustradas pela fotografia 20.

Fotografia 20 – Mata Ciliar de Carnaubais no Baixo Curso do Rio Acaraú



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Neste município, a cera de carnaúba começou a ser extraída na metade do século XVIII, em pequenas quantidades para a fabricação de velas de uso doméstico. Em meados de 1800 teve começo a venda do produto para exportação, chegando a significar importante receita para o município. Atualmente esta atividade decresce, pois a mão de obra para extração de cera encarece, inviabilizando a retirada do produto (Araújo, 1982).

Ainda de acordo com Araújo (1982), outro fator determinante para o abandono da fabricação de velas no município de Acaraú foi a falta de investimento governamental que tornou o beneficiamento da cera de carnaúba arcaica, com desperdício e desinteresse por parte dos pequenos produtores que não dispoem de condições financeiras para o aparelhamento e aplicação de técnicas modernas, perderam concorrência para o mercado contemporâneo.

Presencia-se, portanto, neste município, paisagens de vastos carnaubais, os quais poderiam ser mais bem aproveitados se houvesse programas de incentivo para instalação de fábricas que beneficiassem a cera dos carnaubais acarauenses e de adjacências, evitando-se com isso o abandono das áreas de carnaubais.

3.4.4 Rapadura e Aguardente

Vem do princípio do século XIX a fabricação de rapaduras e aguardentes de cana-de-açúcar em Acaraú. Pelo tipo de terreno e fartura de córregos, foram instaladas no município de Acaraú, durante os anos de 1857 a 1865, 38 engenhos de rapaduras espalhados pelas localidades de Itapajé, Panã, Conceição do Correguinho, Timbaúba, Mongubas, Tanque do Meio, Almofala, Brejo, Formosa, Carnaúba, Papagaio, Buriti, Cacimbas, Maracanã, São Vicente, Guajiru, Água das Velhas e Cacimbas (Araújo, 1982).

Das fábricas que se localizavam nas localidades citadas restaram atualmente algumas de pouca expressão que suprem o mercado local, frente às dificuldades por que vinham passando os produtores de rapaduras e aguardentes em Acaraú, os quais se desestimularam pelas despesas do cultivo, adubagem do plantio, manutenção da cana e elevação dos impostos sobre fabricação e comercialização dos produtos. Em consequência, o beneficiamento da cana de açúcar neste município entrou em decadência e estagnou o processo de desenvolvimento desencadeado por mais um setor econômico de viabilidade econômica local (Araújo, 1992).

3.4.5 Fabricação de Conservas

Conforme anúncio de um jornal da época chamado Unitário de 21/01/1968 comentado por Araújo (1940), “um dos estabelecimentos instalados na cidade de Acaraú, tem capacidade para produzir duas mil latas diárias de conservas de peixes, podendo elevar a sua produção a doze mil, com pequenas alterações de ordem técnica”.

O início do beneficiamento do peixe em Acaraú para embalagem em conservas perdurou por 67 anos; de 1903 a 1971 e consta de mais uma história de empreendimentos que tinham tudo para dar certo, mas não aconteceu, registrando-se anos de franca prosperidade

com outros de dificuldades, como acontecia às indústrias que se instalavam no interior cearense.

Foi instalado em Acaraú um total de quatro fábricas de beneficiamento de peixes, especialmente o “camurupim” (*Megalops atlanticus*)¹¹, localizadas à época nos distritos de Jericoacoara, Almofala, Cacimbas e área urbana; sendo que a mais próspera foi instalada na área central da cidade, esta aparelhada de maquinaria moderna com vultosa produção, sobressaindo, por isto no parque industrial do Ceará.

Na entrada da área urbana da cidade de Acaraú instalou-se um monumento em homenagem à atividade econômica do lugar e o peixe escolhido foi o camurupim, observado na fotografia de número 21.

Fotografia 21 - Monumento ao Camurupim em Acaraú - CE



Fonte: Erasmo Andrade, 2004.

A decadência desta atividade industrial em Acaraú deveu-se, como em outras falências locais, à falta de apoio do governo e cobrança de vultosos impostos, somando-se à escassez, na costa acarauense do “camurupim” (*Megalops atlanticus*), que à época constituía a especialidade da conserva acarauense e incitava esses empreendimentos. Afinal, não seria o Estado o organizador de espaços e aquele que decide as políticas de desenvolvimento?

¹¹ Peixe de porte grande, pescado com rede de caçoeira ou em curral, de cor cinza azulado com ventre prateado, corpo alongado e comprimido lateralmente. A boca é grande e inclinada para cima e possui escamas grandes. Sua medida pode chegar a 250,0 cm de comprimento e 161,0 kg, segundo os pescadores de Acaraú – CE (2013).

3.4.6 Pescas da Lagosta, Camarão e Peixe.

A atividade mais importante para esta pesquisa é a pesca, ainda vigente no espaço econômico acarauense, especialmente para o bairro de Outra Banda, apesar de observarmos fraco movimento de embarcações e pescadores no porto, se compararmos com anos anteriores.

O historiador Barão de Stuart (*apud* ARAÚJO, 1940), relata que pescadores vindos do Sul do Estado do Ceará foram os primeiros povoadores da cidade de Acaraú, donos de currais de gado e de currais de camurupim (*Megalops atlanticus*), iniciando assim importante atividade econômica neste município. Nos dias de hoje a atividade da pesca da lagosta associada às pescarias do peixe e camarão formam a base de sustentação econômica do município representando importante fonte de renda, contribuindo para a geração de emprego, especialização da mão de obra e intensificação do comércio.

A pescaria da lagosta em Acaraú teve início em novembro de 1961 e a praia de Cacimbas juntamente com Ilha dos Coqueiros, Volta do Rio e Almofala, constituíram cenário para a dita atividade. Nessas localidades já funcionou colônias de pescadores e escolinhas atreladas a essas colônias, as quais foram redistribuídas no território acarauense para em seguida ausentarem-se, caracterizando uma nova dinâmica espacial criada pelo desenvolvimento de tecnologias impostas ao local, tal qual a substituição das salinas e pescarias industriais e artesanais pela atividade da carcinicultura.

Conforme relatos da Semace (1995), a pesca predatória da lagosta contribuiu para a queda da produção e ameaça à sobrevivência da espécie, enquanto a criação do camarão, por sua vez tem se desenvolvido de forma alarmante em terras acarauenses, ganhando interesse econômico, beneficiada pela implantação de novas tecnologias, mas a polêmica se dá em torno dos desequilíbrios na população deste crustáceo em ambiente natural, considerando que a produção se realiza a custa da retirada dos manguezais; berçários de inúmeras espécies marinhas, protegidos por lei.

Outro agravante à manutenção da pesca não só em Acaraú, mas em todo o Nordeste Brasileiro diz respeito à pesca predatória realizada com o uso da caçoeira (equipamento de pesca que captura lagosta sem critério de tamanho e que a mantém retida em seu interior) em

detrimento do manzuá¹², a única forma de captura permitida pelos órgãos ambientais.

Órgãos governamentais de meio ambiente e comunidades de pescadores conscientes nas praias do Ceará estão lutando pelo fim da pesca predatória e para que isso aconteça a cada temporada lançam campanhas e apelos, como por exemplo: "A lagosta não pode acabar!". A intenção dos pescadores engajados no movimento é favorecer o fim da pesca com compressor, prática que captura lagosta miúda, além de colocar em risco a saúde do pescador que não se incomoda de utilizar este tipo de equipamento.

Outra preocupação das comunidades ribeirinhas diz respeito a uma nova dinâmica empreendida pelas instalações de viveiros de camarão nos estuários do rio Acaraú de forma rápida e em quantidade exorbitante, impulsionada pelo desenvolvimento de tecnologias impostas às localidades, em substituição de salinas, pescarias industriais e artesanais pela carcinicultura, empreendimento que conquista gestores e promete emprego para a população local, sem tempo de análise pela população, mas que divide opiniões quanto aos benefícios oferecidos e impactos sociopolíticos, culturais e éticos sobre os espaços litorâneos.

Entende-se, portanto, que o espaço litorâneo não pode ser analisado sob a ótica capitalista da oferta e da procura. As transformações urbanas e o estabelecimento de serviços alheios aos povoados locais devem ser discutidos, levando-se em consideração os serviços necessários como escolas de qualidade e hospitais e racionalidade do território que está sendo utilizado.

As fotografias de números 22, 23 e 24 ilustram viveiros de camarão e resíduos jogados nas áreas de carnaubais; na localidade de Papagaio, próxima a praia da Volta do Rio. As cascas do camarão ainda não encontraram serventia entre os camaroeiros o que faz com que se acumulem no entorno dos viveiros destruindo o ecossistema e, com ele, a principal fonte de renda dos marisqueiros locais. É certo que falta um estudo técnico de impacto ambiental nessas áreas e que a degradação desse ecossistema trará imprevisível desequilíbrio ecológico, com impactos negativos difíceis de serem corrigidos no futuro.

¹² Engradado de varas, empregado na pesca, espécie de covo, onde a lagosta entra por uma abertura e não encontra a saída. Armadilha de pesca considerada adequada, pois permite que a lagosta miúda escape com facilidade.

Fotografias 22 e 23 – Viveiros de Camarão na Localidade de Papagaio



Fonte: Santos, M. A. F. 2004.

Observou-se que grandes áreas de manguezais estão dando espaço aos criatórios dessa cultura, com significativa redução do espaço ocupado pelos viveiros que demandam extensas áreas, afetando inclusive os caranguejos e sururus, os quais estão se tornando mais escassos. O problema da devastação do mangue se agrava principalmente pela falta de critérios na implantação das fazendas, inclusive com anuência das leis que liberam a instalação de

empresas de cultivo de camarão nestas áreas, levando em consideração que esta atividade representa, de forma imediata, uma das principais fontes de emprego e renda para o município.

Fotografia 24 – Resíduos de Viveiros de Camarão em Área de Carnaubais



Fonte: Santos, M. A. F. 2004.

Trata-se de um lugar com recursos naturais expressivos do ponto de vista da qualidade e quantidade, elementos discutidos na pesquisa em questão com pescadores e professores de Geografia, convidados a analisarem neste espaço as atividades pesqueiras integradas aos fenômenos sociais reproduzidos.

4 UM POVO E O SEU ESPAÇO DE VIVÊNCIA

Os indivíduos olham os lugares de formas diferentes, pois as interpretações que se fazem de quaisquer naturezas não são iguais e as que se fazem sobre locais acontecem atreladas aos valores que se projetam sobre eles. Falta-lhes, portanto, sentir que a sobrevivência humana deve muito à utilização racional dos recursos naturais. À exemplo das ocupações irregulares observadas no município de Acaraú desde tempos passados, compreende-se que falta envolvimento entre os moradores e conhecimento sobre o potencial e fragilidade dos recursos naturais do município.

Na visão de Ab'Sáber (2006), a geomorfologia costeira pertencente ao setor norte cearense se caracteriza por apresentar paisagens semiáridas que adentram o litoral, presença de barreiras semi-retilizadas, enseadas rasas e extensas faixas de praias arenosas; o que torna este litoral uma das regiões mais privilegiadas para o ecoturismo organizado e bem sucedido.

A ocupação desse espaço, apesar dos atrativos naturais se efetua de forma predatória a serviço dos poucos detentores do capital, donos das terras, dos manguezais, dos coqueirais, dos carnaubais, dos cajueirais e demais elementos naturais ou cultivados.

Esclarecer a história da construção de estereótipos que deram origem a muitos dos preconceitos que divide os seres humanos torna-se tarefa importante nesta tese, se quisermos entender como espaços foram tomando formas, muitos desses caracterizados à custa de informações que se tornaram responsáveis pela produção de espaços nordestinos no contexto da regionalização brasileira. A este espaço se somou visões acrílicas, hostilidades, conflitos e interesses escusos repassados no dia-a-dia, pelo senso comum e pelos meios de comunicação de massa.

De acordo com Albuquerque Júnior (2007), o preconceito por origem geográfica no Brasil, marca especialmente os nordestinos, os quais migram para o Sudeste com o objetivo de arranjar trabalho para se sustentarem. Ali o preconceito se expressa por meio de estereótipos como “baianos”, “paraíba”, “pau-de-arara”, “cabeça-chata”, “terra seca”; termos usados genericamente e preconceituosamente pelos moradores de outras regiões do país para se referirem aos migrantes nordestinos.

A partir da década de 1920, políticos, jornalistas, escritores, poetas, pintores, historiadores, sociólogos, folcloristas, apresentam personagens que irão marcar a figura do nordestino e que ainda hoje representam o nordeste nos seus mais diferentes tipos como: o

cangaceiro, o jagunço, o coronel, o flagelado, o retirante, o beato e o romeiro. Esses personagens foram apresentados e interpretados de forma preconceituosa e estereotipada, como sociedade rural, atrasada, pobre, rústica, de relações sociais violentas e discriminatórias. Em torno dessa visibilidade se articulam demandas econômicas e políticas que pensam a região nordestina a partir da ideia do declínio e da decadência mantidas durante décadas pelas elites brasileiras locais através de uma gigantesca fonte de corrupção com recursos desviados ao seu próprio benefício (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 101-102).

A imagem dos retirantes do pintor Cândido Portinari (1944), gravura 01, ilustra, de forma marcante, a explicação de Albuquerque Júnior sobre cenas que revelam a seca na região nordestina brasileira como reforço que alimenta argumentos aos que pedem recursos para socorrer as vítimas do flagelo que para tanto instalam o que se chamará de indústria das secas, notadamente no estado do Ceará, o espaço por excelência da ocorrência deste fenômeno. Cria-se assim o tipo migrante nordestino como o “retirante flagelado”.

Gravura 01 – Retirantes. Cândido Portinari, 1944



Fonte: RETIRANTES, de Cândido Portinari, 2011.

Albuquerque Júnior (2007) mostra um Nordeste associado ao fenômeno das secas em benefício de um monopólio do espaço nordestino para aqueles que conseguem tirar proveito

desse fenômeno climático que assola, especialmente, o sertão, terras que ficam no interior, pois este também ficou associado no imaginário nacional ao espaço de ocorrência das secas. Sobre a temática dos Retirantes, Portinari (1964) também escreveu o seguinte poema:

Os retirantes vêm vindo com trouxas e embrulhos;
vêm das terras secas e escuras; pedregulhos
doloridos como fagulhas de carvão aceso.
Corpos disformes, uns panos sujos,
rasgados e sem cor, dependurados
homens de enorme ventre bojudo,
mulheres com trouxas caídas para o lado
pançudas, carregando ao colo um garoto
choramingando, remelento.

Conforme relatos de Aranha (2001), no final do século XIX, entra em crise a cultura agroexportadora de açúcar e algodão da região Nordeste. Cresce a economia cafeeira do Sul e os representantes políticos das províncias, no intuito de angariar recursos para aquela região, sedimentaram no imaginário social a ideia de uma região identificada com o “sofrimento” e com a “miséria” por ocasião de suas características naturais, notadamente climáticas.

É nesse cenário, que a seca foi responsabilizada pelos entraves ao desenvolvimento da região nordeste e preenche os discursos dos políticos locais (ARANHA, 2001), notadamente com argumentos recorrentes e pouco convincentes, pois ainda o fazem para escamotear a falta de gestão e de políticas de desenvolvimento humano nesse espaço.

Diante desta observação, o homem nordestino é visto como aquele ser menor; dentro do conceito da economia e da política nacionais, é o que tem menos oportunidade, menores esperanças. Dessa forma começa o complexo de inferioridade que acompanha boa parte da população nordestina, acompanhando no mesmo passo a gestação do complexo de superioridade tão presente entre sulistas que presenciavam esta região empobrecida e humilhada pela atuação discriminatória do Estado e a ambição desmedida de outras áreas do país (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Os estereótipos marcaram e deixaram sequelas fortes entre os nordestinos. O isolamento previsto para a Região Nordeste teve como explicação o modelo configurado em forma de arquipélagos em que se encontravam as regiões brasileiras, com cada região destinada a produzir para atender ao mercado vigente, orientadas de maneira equivocada e tendenciosa pelas elites políticas e pelos letrados deste próprio espaço.

Com a decadência das atividades agrícolas e agrárias tradicionais, instala-se na região um sentimento de incapacidade para dar soluções aos problemas que afetavam os interesses

dessas elites. Como relata Albuquerque Júnior (2007), a imprensa ressalta com veemência o fenômeno da estiagem na região, notadamente a chamada grande seca de 1877 a 1879 causando impacto pela divulgação de imagens de flagelados pela imprensa do sul do país com discursos inflamados dos políticos nordestinos que também ganham destaque nos jornais, conforme nota desse mesmo ano, acompanhadas de gravuras de crianças e homens notadamente famintos.

José do Patrocínio, respeitado jornalista carioca vem para o Nordeste em 1879 e diante de cenas da seca, fica inspirado e escreve o romance “Os Retirantes” o qual relata cenas fortes, tornando a seca um tema central no discurso regionalista nordestino que serve às elites regionais como argumento na hora de pedir recursos para a tão famigerada “indústria da seca no nordeste brasileiro” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 92).

Em 1983, mais de um século depois, nova versão: a foto de Delfim Vieira, do JB, mostrando o alimento disponível para o sertanejo, um calango. A foto foi feita em Apuiarés – CE, depois de o prefeito declarar na TV que, para sobreviver, o povo estava comendo calangos (nome local para um tipo de lagartixa). Da ida à região resultou a foto de ‘um homem muito enrugado e muito magro, que nos mostrou o produto de um dia de caça: um calango morto com atiradeira, pronto para virar torresmo e ser comido em pedacinhos, com farinha, por toda uma família’ (CATÁSTROFES naturais..., 2011).

As imagens reproduzidas pelas fotografias 25 e 26, esclarecem as ideias expostas.

Fotografia 25 – Sertanejo em Apuiarés – CE, 1983.



Fonte: CATÁSTROFES naturais..., 2011.

Fotografia 26 – Pescador em Acaraú – CE, 1999.



Fonte: Vasconcellos, 1999.

Tornou-se aceitável atribuir a causa dos principais problemas sociais e econômicos desse espaço às suas peculiaridades climáticas. A noção de que a natureza da região era a principal responsável pelo atraso do Nordeste marcou profundamente o imaginário regional e nacional, revelando-se uma forma de percepção na qual o determinismo geográfico estava implícito (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Nessa perspectiva, a seca deixava de ser vista como um fenômeno natural representado pela estiagem prolongada e tornava-se o símbolo identificador do Nordeste e de todos os problemas que são peculiares a uma natureza “hostil”, entre os quais: miséria aguda, surtos epidêmicos, fome, analfabetismo, enorme migração, choro, desespero, etc. (NEVES, 1994 *apud* BURITI; AGUIAR, 2009).

Essa miséria, portanto, não se alastrava pelo nordeste de forma generalizada e outras áreas que não experimentavam o fenômeno da seca podem ser retratadas pela Fotografia de número 10, embora feita em época diferente à do homem que exhibe o calango e o jornal notícia como sendo o seu alimento e de toda sua família. As fotografias de números 09 e 10 guardam em si a coincidência do gesto de exhibir o tipo de alimento e o contraste da situação entre fome de um lado e fartura do outro.

Mas o que se quer passar com a apresentação das fotografias 03 e 04 é que outras áreas do nordeste sofrem o estigma denunciado pelos meios de comunicação e, por isso, também são obrigadas a partilharem o sofrimento e o estigma implantado pela imprensa que, na simplificação da notícia, deixou de mostrar uma realidade nordestina com suas diferenças

merecedoras de análise profunda e respeitosa por parte dos que estão de fora e os responsáveis pela condução da política social desse país, que obrigatoriamente teriam que ser conhecedores das realidades de seus povos.

A Geografia Histórica se faz presente nesta tese diante da necessidade de se conhecer o passado, o processo de construção dos lugares, para compreender o presente e pensar o futuro. Desvelando-se o processo histórico, portanto, entende-se do processo de formação de um espaço e as abordagens devem ser resultados da articulação entre a compreensão das relações que se estabelecem nos campos: econômico, político e cultural.

L'acoste (1997) nos conduz à reflexão de sabermos pensar o espaço. Sua importância vem de séculos e, por isso, da necessidade dessa história sobre os lugares no sentido de esclarecer o analfabetismo geográfico que impede a leitura sobre os espaços e o quanto isso reflete na condição de mundos que temos ou que queremos. O analfabetismo geográfico ainda impera e, conscientemente, se mantém como ferramenta estratégica nas mãos de estrategistas e manipuladores de espaços e pessoas. Esses estrategistas, portanto, possuem conhecimento geral sobre os espaços que lhes interessam em detrimento da ignorância geográfica do cidadão comum.

A partir dessas argumentações, L'acoste (1997), levanta questionamento a respeito das vantagens do conhecimento sobre os espaços, e ainda mais quando esse conhecimento é apropriado pelos detentores do capital e da ordenação dos lugares, conforme transcrição seguinte:

Os detentores do poder possuem uma visão integrada do espaço, dada pela intervenção articulada em vários lugares. Por outro lado, o cidadão comum tem uma visão fracionada do espaço, pois só concebe os lugares abarcados por sua vivência cotidiana, e só esporadicamente possui informações (e mesmo assim truncadas) da realidade de outros lugares. O indivíduo conhece sua rua, seu quarteirão, seu bairro, o local de seu trabalho, os locais de seu lazer, uma localidade visitada numas férias, talvez sua cidade; entretanto, mesmo essa consciência se dá de uma forma parcial. Duas pessoas podem viver na mesma cidade, concebendo-a de forma diferente, em função de seus interesses e de sua área de ação. Por outro lado, o Estado tem uma visão integrada e articulada do espaço, pois age sobre todos os lugares, e isto se transforma numa arma a mais de dominação (L'ACOSTE, 1997, p.116).

O modo de organização nesses espaços pode ter escapado de intervenções significativas, especialmente dos administradores e políticos que deixam escapar também potenciais econômicos, ora subaproveitados, a exemplo do litoral, condição de existência do

sertão, de acordo com Silva (1992). Ao Sertão resta a caracterização de barbárie – terra de homens rudes, brabos e violentos, de terra inóspita, avessa às regras da moral e dos bons costumes. A cidade, quando instalada em pleno sertão, significava a chegada do litoral inovador àquelas plagas, até porque diferente das outras cidades nordestinas litorâneas, como diria Silva (1992) “o Ceará, despeja o Sertão no Mar”, faltando-lhes as outras sub-regiões: Zona da Mata, Agreste e Meio Norte.

Até hoje, as cidades litorâneas cearenses tem uma carga simbólica muito forte de farol, de luz plena da sabedoria que ilumina e irradia a vida. A literatura clássica das ciências humanas denomina a cidade mais distante do litoral como “boca do sertão”. Depreende-se que o anteriormente sertão, deixa de o ser com a chegada da cidade. Com ela, desfruta-se dos ares civilizados do litoral. O sertão agora passa a ficar mais adiante (SILVA, 1992).

No Ceará, o povoamento, segundo Capistrano de Abreu (*apud* SILVA, 1992) teve forte influência do pastoreio que se expandia através dos vales dos rios. Denominando de “sertão de dentro” e “sertão de fora”, o autor explica a formação de correntes migratórias que penetraram pela Chapada do Araripe – as de dentro, e as de fora, iniciadas no litoral e que alcançaram o interior do território do estado pelos leitos dos rios principais como o Jaguaribe, Acaraú, Coreaú, Aracatiaçu, etc.

Euclides da Cunha (*apud* SILVA, 1992) é categórico ao afirmar que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. No caso cearense, quando esses fortes chegavam a Fortaleza ou noutras cidades do interior, instaurava-se o caos. As famílias de “fino trato”, não admitiam aproximações.

As comunidades do litoral cearense quando historicamente constituídas reclamam pela permanência de suas atividades de trabalho, de suas crenças e tradições, pelo significado e sentido de suas vidas simples.

Quando possível, demarcam seus territórios e reagem. Lutam evitando a migração compulsória imposta pela pressão dos grandes grupos corporativos que modificam o tipo de uso daquela faixa do estado. Os sujeitos reclamantes, o pescador e seus companheiros são os beneficiários imediatos da demanda. O território é condição de produção e reprodução de sua vida, é a garantia de manutenção de seus vínculos afetivos com o lugar, de preservação de seus traços identitários (SILVA, 1992, p. 50).

Não é o que se percebe hoje nas áreas litorâneas de Acaraú. A luta pelos espaços legítimos com o processo de modernização é vencida pelo grande capital que investe na

carcinicultura e usina eólica, e o que se observa são mudanças bruscas nas relações de produção e, conseqüentemente, no processo de uso e ocupação do solo. De acordo com Silva (1992), as inovações trouxeram embates e conflitos e comunidades tradicionais como pescadores, marisqueiras, rendeiras e outros artesãos, viram-se expropriadas de suas ocupações. No passado, os habitantes do litoral não apresentavam linhas divisórias fixas demarcando o direito de propriedade, pois delimitavam suas áreas pela quantidade de coqueiros existentes na propriedade e assim definiam suas áreas e construíam suas habitações. Nos tempos presentes, segundo este autor, o conflito por uma terra de aparência inóspita está instaurado. Montes de areia são reclamados. Para os pescadores, marisqueiras e bordadeiras, a terra é uma questão fundante, para a garantia de seu cotidiano.

4.1 Os Lugares dos Pescadores

Apresentamos os lugares que integram os pescadores acarauenses, destacando-se o bairro de Outra Banda, aqui entendido como o lugar que, por meio de seu porto agrega os demais bairros. Este porto atrai homens, mulheres e crianças em busca de trabalho e diversão. Neste porto se encontram as pesqueiras, os frigoríficos e é ali também que se confeccionam as redes de emalhar, conhecidas como caçoiras¹³ e outras armadilhas de pesca chamadas de covos ou manzuás. (Fotografias 27, 28 e 29, respectivamente).

Fotografia 27 – Barco Carregado Com Manzuás no Rio Acaraú



Fonte: FIM do defeso..., 2011.

¹³ Armadilhas de pesca proibidas por lei, pois capturam lagostas ovadas e miúdas.

Fotografias 28 e 29 – Manzuás e Barco Carregado Com Caçoeiras no Rio Acaraú

Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

O espaço geográfico em questão é produto da dinâmica socioespacial, o qual se reproduz através do trabalho que se aprimora com as técnicas como afirma Santos, (1997). A atividade pesqueira representa para o bairro de Outra Banda a dinâmica de um espaço produzido por homens que constroem seus próprios espaços, embora estes não tenham esta percepção; o que os torna alienados no seu próprio espaço de vivência.

Se a construção dos espaços se processa através do trabalho, esses homens construtores de espaços o fazem enriquecendo os donos dos meios de produção. Espaços são produzidos em meio a contradições e desigualdades que nascem da natureza dialética do movimento socioespacial no processo produtivo enriquecedor e empobrecedor em um mesmo espaço que se amplia com a modernização e crescimento das cidades, conforme Santos (1997).

O lugar concebido pelos pescadores compreende os estuários do rio Acaraú, atualmente ocupados pela especulação pesqueira. Este local iniciou sua ocupação com uma pequena comunidade de pescadores, agricultores e criadores que com o passar dos tempos experienciaram transformação social e ambiental ocasionada por uma dinâmica que trouxe desenvolvimento de forma predatória, pois a comunidade local se ressentiu do desemprego e, por isso, sente-se excluída e explorada, exposta a incertezas de um mercado de trabalho dinâmico e instável, mas que não satisfaz os anseios dos habitantes locais, os quais são posicionados à margem desse modelo de desenvolvimento que cresce, mas exclui possibilidades de desenvolvimento para os que habitam os locais.

O fato da maioria dos pescadores terem se ausentado da escola não os impede de enxergarem no ensino, o caminho para que os filhos sigam com segurança, pois os mesmos sabem que através da escola os filhos podem conseguir o que lhes foi negado que é a possibilidade de aprenderem com leituras dos livros e para isso empreendem todo esforço que são capazes de realizar.

Este é o lugar, portanto, dos que já estão aqui, dos que vêm para ficar ou daqueles que estão de passagem. Assim, os lugares definem-se através da construção concreta e simbólica, com alterações e contradições, tornando-os espaços identitários, relacional e histórico, independente de seu crescimento ou de sua regressão, de acordo com Augé (1994).

Para Vasconcelos (2005), é no lugar que nossa identidade se redefine, é nele que nossa cultura aflora através da forma do saber-fazer, no relacionar-se com os outros, nas manifestações de solidariedade, onde não se fragmenta e nem se impõe identidades ao sujeito como parece desejar o mundo moderno.

Por isso é importante preservar os lugares através de suas memórias; e isso se faz através dos registros orais, fotográficos e escritos, para evitar que os mesmos fiquem esquecidos, reduzidos ao sentimento saudosista que se perde com o decorrer do tempo.

4.2 Outra Banda

Outra Banda se constitui no foco central da pesquisa por se tratar do lugar que congrega a comunidade de pescadores desse e de outros bairros produtores do espaço acarauense. Está localizado a Noroeste da cidade e sua origem tem ligação com o movimento no porto às margens do estuário do rio Acaraú, o qual concentra grande número de embarcações e movimento de exploração da pesca, instalação de empresas beneficiadoras do pescado, moradias e, conseqüentemente, uma ocupação de forma desordenada com sérios problemas de convivência entre o meio e o social.

A denominação de “Outra Banda” deve-se ao fato de este bairro estar separado da área central da cidade pelo córrego São Luís, sobre o qual existe uma ponte, único meio de acesso entre o centro e o bairro de Outra Banda. Um manguezal existente nesta área resiste às agressões provenientes de aterros e lançamento de entulhos de toda natureza, visualizada na fotografia 30 – Ponte sobre o córrego São Luís no Bairro de Outra Banda, com destaque para o manguezal no primeiro plano desta paisagem.

Fotografia 30 – Ponte Sobre o Córrego São Luís no Bairro de Outra Banda, Com Destaque Para o Manguezal no Primeiro Plano da Paisagem.



Fonte: Santos, M. A. F. 2013.

A existência dessa ponte tem significados diferentes para os cidadãos de Acaraú e para os visitantes. Para os moradores ela representa uma segregação socioespacial bastante evidente, já para os visitantes ela se constitui em apenas uma forma de mobilidade entre a cidade de Acaraú e o bairro de Outra Banda.

Essa segregação socioespacial é percebida e concebida de forma mais evidente pelos moradores do bairro Outra Banda a partir do momento em que eles convivem no cotidiano urbano com diversas experiências concretas de preconceitos. Esses preconceitos são sentidos por todos os moradores do bairro, desde as crianças até os mais idosos, e faz parte da história de vida do local desde a sua origem como uma comunidade pesqueira tradicional até os dias de hoje. O próprio nome Outra Banda já retrata a ausência de integração à parte da cidade de Acaraú que não tem vínculo com o rio.

Essa segregação também é sentida pelas crianças que ao frequentar escolas fora do bairro sofrem preconceitos ao serem tratadas como “residentes de Outra Banda”. Essa situação poderia desencadear experiências didáticas entre os professores que poderiam

procurar caminhos para diminuir os impactos desses preconceitos. No entanto, o que se observa é que esses preconceitos, muitas vezes, são reforçados, pois não se aborda o problema na perspectiva de resolvê-los ou minimizá-los.

Se de um lado, esse preconceito prejudica em muito a dinâmica socioespacial do bairro, por outro ele acaba criando uma integração maior entre os moradores. O convívio diário, a atividade econômica centrada na pesca, a sociabilidade das crianças, o contato com o rio, a valorização das relações de vizinhanças, são elementos que retratam uma identidade do lugar. O mundo vivido em Outra Banda nos leva a compreender o sentido geográfico de lugar. As pessoas se identificam plenamente com o lugar de modo que muitos ainda consideram Outra Banda como comunidade de pescadores.

A história de ocupação de Acaraú tem início no bairro de Outra Banda com a instalação das charqueadas, favorecidas pelo porto, o qual transportava esta mercadoria para seu destino de comércio e por isso este lugarejo foi denominado, em princípio de “Oficinas”. Esta atividade contribuiu para a instalação das primeiras residências de Outra Banda, entretanto, segundo Araújo (1940), as casas mais importantes do povoado não foram construídas em Outra Banda. A maior parte da população escolheu a parte central da cidade para edificar suas moradias, igrejas e outros serviços essenciais.

Outra característica deste local é que as casas foram erguidas de costas para o rio com o objetivo de facilitar o escoamento de dejetos e lançamento do lixo doméstico, evidenciando um menosprezo dos moradores em relação ao rio.

Outra Banda conta atualmente com 413 residências distribuídas em 10 ruas, conforme Prefeitura Municipal de Acaraú, (2002). São casas simples, muitas delas antigas e mesmo dispondo de espaço físico na época de suas construções, foram construídas com paredes partilhadas, no modelo de vilas, conforme fotografia de número 31.

O Bairro de Outra Banda exerce atração para os demais bairros de Pedrinhas, Mongubas, Piranhas e Paulo VI, onde também moram famílias de pescadores artesanais e empresariais ligados a atividade pesqueira. Essa centralidade de Outra Banda se dá devido à importância do porto e do rio, que congregam pescadores, marisqueiros (as) e comerciantes destas e de outras áreas mais distantes.

Entretanto, o porto de Outra Banda, considerado zona-base, já foi mais movimentado (observado na fotografia de número 32, no início dos anos 90), considerando a crise que acomete o setor pesqueiro no município atualmente. Quando as produções diminuem nessas zonas, as embarcações lagosteiras migram para o litoral de outros Municípios ou Estados,

especialmente os do Estado do Pará e Maranhão. Segundo relatos de moradores locais, a crise está relacionada com a escassez da lagosta e de alguns peixes nobres, associada às fiscalizações realizadas pelos órgãos competentes do Estado quanto à pesca predatória fora de época e armadilhas de pesca ilegal com compressor e caçoeira. De acordo com os pescadores, a fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) é menos efetiva em Augusto Corrêa (PA); Tutóia e São José do Ribamar (MA).

Fotografia 31 – Rua Santo Antônio, no Bairro de Outra Banda.



Fonte: Santos, M. A. F. 2011.

Fotografia 32 – Porto de Outra Banda no Rio Acaraú



Fonte: Santos, M. A. F. 1993.

Alguns órgãos ambientais como o IBAMA – CE tenta estimular a reflexão nas comunidades litorâneas do papel que cada um pode desempenhar na conservação e exploração dos recursos naturais marinhos e litorâneos e, para isso, elabora programas na tentativa de orientar comunidades que lidam com a pesca, a exemplo da cartilha “Organização e Pesca Predatória” que faz relatos pertinentes como esses:

Quem Mais Perde Com a Pesca Predatória?

Nós, pescadores, só sabemos pescar! É a nossa arte que foi passada de pai para filho com base nas luas, marés e proximidade dos rios. Já os empresários da pesca, donos das indústrias, têm outras condições diferentes da nossa. Se a coisa não vai bem, partem para outras atividades (construção civil, hotéis, loja de carros...). A gente não sai da pesca e nem tem condições de fazer outras coisas da noite para o dia. Logo podemos concluir que quem mais perde com isso, somos nós, os pescadores (IBAMA, 2002, p. 11-12).

Durante a pesquisa de campo foram coletados alguns depoimentos que corroboram com o estudo do IBAMA (2002), a exemplo do depoimento que segue:

“O alerta favorece a reflexão sobre a resposta que a natureza nos dá ao percebermos a diferença de anos atrás”.

Nestes depoimentos alguns pescadores explicam que os pescados existiam em abundância e não precisavam se deslocar para áreas de pesca cada vez mais distantes. Admitem que o tempo da pesca em Acaraú esteja acabando e com ele o fim de uma comunidade com tradições, que resolvia seus problemas porque era uma comunidade organizada que pescava o peixe, a lagosta e o camarão, em melhor qualidade e quantidade sem colocar em risco os recursos naturais, garantindo a continuidade da atividade pesqueira que foi e seria herança dos filhos.

Este lugar que é de todo o mundo precisa de pessoas que se proponham a se organizar em torno do “ordenamento da pesca”¹⁴ para fortalecer a defesa comunitária quando preciso, pois só assim pode-se chegar aos Governos Federal, Estadual e Municipal e cobrar decisões políticas que venham fazer valer os direitos de todos.

¹⁴ Ordenamento da pesca é a organização das atividades que dizem respeito à exploração dos recursos pesqueiros de forma que preserve o meio ambiente. É através dele que se pode saber quanto e quando se deve pescar, tipos e quantidade de embarcações a serem utilizadas nas pescarias, além de orientar as atividades que podem ser desenvolvidas para melhorar as condições de trabalho, produção e renda (IBAMA, 2002).

4.2.1 A Integração Socioespacial de Outra Banda Com Outras Localidades

Quanto à localidade de Cacimbas, teve sua ocupação de 1950 a 1985, quando as 60 famílias que ali moravam desempenhavam variadas maneiras de ocupação do espaço. Entre tantas, se destacavam a produção do sal marinho, pescarias, mariscagem do sururu e caranguejo, plantio de coqueirais, feijão, milho, mandioca e batata doce; além de uso irregular desse espaço, a exemplo do lançamento de lixo nas águas e nos mangues; configurando-se neste local, heranças de ocupações e usos irregulares.

De propriedade particular, Cacimbas se posiciona na desembocadura do rio Acaraú, à jusante de Outra Banda e dividia com este bairro um dos portos mais importantes para ancoragem, despesca e cabotagem, com comunidades em torno de atividades ligadas à produção do sal, pesca industrial ou artesanal do peixe, lagosta e camarão.

Os portos e as atividades relacionadas à pesca tornavam estes dois lugares afins e os impactos causados pela implantação da carcinicultura sentidos em Cacimbas ainda hoje são sentidos em Outra Banda. É perceptível a modificação brusca no leito do rio Acaraú (Fotografia 34), o que impede o transporte de pessoas para outras localidades e a pesca de subsistência, antes praticada por pescadores artesanais desses lugares.

Fotografia 33 – Porto de Cacimbas em Decadência



Fonte: Santos, M. A. F. 1985.

Fotografias 34 e 35: Fazenda de Camarão em Cacimbas no Município de Acaraú

Fonte: Jornal O Estado do Ceará. www.accn.org.br. Acessado em 19/01/2011.

Com a decadência do porto e o abandono das lavouras, os moradores de Cacimbas se distribuíram entre os bairros de Outra Banda e Pedrinhas, este último absorvendo a maior parte das famílias de pescadores que se viram sem lugar para morar. Pedrinhas ganhou impulso populacional com a chegada das famílias que reconstruíram suas casas, estas a pouca distância do porto no Bairro de Outra Banda e do balneário chamado “Bal”, atributo natural atrativo pelas suas águas claras e de grande volume, utilizadas inclusive por moradores de outros bairros da cidade, especialmente os de Outra Banda, por causa de sua proximidade.

Antes, “Pedrinhas” se configurava por algumas veredas recobertas por areias muito claras e algumas casas rústicas feitas de taipa onde habitavam pescadores que se serviam dos portos de Outra Banda e Cacimbas, marisqueiros e marisqueiras de sururus e lavadoras de roupas que utilizavam as águas desse balneário.

Apesar de jogarem lixo nas águas deste ambiente, ainda é costume dessa comunidade tomar banhos e lavar utensílios e roupas à beira do “Bal”, ambiente representativo desses lugares, porém ignorado quanto ao uso que fazem de suas margens e águas.

Fotografia 36 – Açude “Bal” no Bairro de Pedrinhas



Fonte: Santos, M. A. F. 2011.

Fotografia 37 – Vila de Moradores no Bairro de Pedrinhas



Fonte: Santos, M. A. F. 2011.

O bairro de Pedrinhas enfrenta problemas de ordem social, pois de acordo com relatos de moradores locais, a tranquilidade outrora encontrada aqui dá lugar para a intranquilidade pelo uso e tráfico de drogas, envolvendo principalmente os jovens, condição refletida em Outra Banda:

“Aqui no bairro falta o que fazer para os adultos e também para os jovens que saem da escola e preferem cair no mundo da droga. Acho que deveria ter mais segurança também nas escolas, mas não tem e por isso mesmo que esteja na escola não é garantia de que estejam longe das drogas” (Entrevistado E, de 53 anos).

Outro bairro que desenvolve afinidade com o de Outra Banda é Curral Velho. Sua ocupação se deu em meados de 1902, com a instalação de trinta famílias atraídas pela possibilidade da pesca de curral¹⁵, rentável pela enorme quantidade de pescados capturados nesta tradicional armadilha de pesca desde então utilizada por esses lados.

No início este lugar era chamado de ilha de Imburana, devido à grande quantidade de frutas com esse nome, mas que aos poucos desaparece com o avanço das marés dando lugar à hoje praia de Arpoeiras, a segunda praia mais seca do mundo porque suas águas chegam a recuar mais de dois quilômetros e voltar por toda a extensão da praia por duas vezes ao dia sob a influência das marés, podendo-se observar este fenômeno nas fotografias 38, 39 e 40.

Fotografias 38, 39 e 40 – Praia de Arpoeiras em Curral Velho



Fonte: Santos, M. A. F. 2010.

¹⁵ Armadilha de pesca composta por uma fila de mourões fincados ao chão, que ficam embaixo d'água, intercalados de varas, também fincadas ao chão, amparados por espeques e protegida por uma vara grossa, em sentido horizontal e presas por amarras de cipó. A despesca é feita por meio de rede de malha, de tucum ou embira com o auxílio de um calão.



Fonte: Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

A comunidade de Curral Velho apresenta expressivo aumento em sua população, que hoje está em torno de 520 famílias. Aglomera-se junto à rodovia (Curral Velho de Cima) e entre os apicuns (Curral Velho de Baixo), tirando o sustento com mariscagem e despesca de curral, que apesar das intervenções ocorridas com a carcinicultura, ali ainda é possível. Conforme a colônia de pescadores de Acaraú, nesta localidade se encontra 209 (duzentos e nove) pescadores matriculados e organizados em torno da preservação de seus ambientes de sustentação das famílias.

Segundo Meireles (2011), em Curral Velho, a indústria da carcinicultura foi implantada em áreas de apicuns, caracterizadas como de elevada biodiversidade, componentes essenciais para a diversificação de nichos, detentoras de processos geoambientais e ecodinâmicos específicos para a vegetação de mangue e para os peixes, aves, crustáceos e outros vertebrados. Esta ocupação indiscriminada atende especialmente aos apelos do capital, acabando com o manguezal, a pesca, e impedindo o cesso dos moradores às praias; motivo esse da mobilização de seus moradores.

Organizados, os moradores vêm fazendo denúncias aos órgãos ambientais do Estado, preocupados com a destruição do mangue e dos portos pesqueiros que representam para essas comunidades a sobrevivência das famílias. O porto e a gamboa sustentam não somente as

famílias de Curral Velho, mas outras que chegam para pescar, impedidos de acessarem suas respectivas localidades pelos manguezais, isoladas pelos paredões dos viveiros, cercam de arame e placas de proibição colocadas pelos donos dos viveiros.

Esses empreendimentos ignoram as leis e os vínculos afetivos desses moradores com o lugar, os quais se organizam em torno da preservação do ecossistema manguezal, visando garantia dos seus direitos elencados no § 4º. Art. 225 da Constituição Federal (BRASIL. Constituição, 1988) que assegura a essa área de preservação uso sustentável, em consonância com os critérios previstos na Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 (BRASIL. Lei 7.661, 1988).

Evidencia-se nestes lugares o poder ilimitado que possui o homem sobre a natureza quando este encantado pelas inovações tecnológicas tem a ilusão de ter resolvido o problema da produção e que a velocidade empreendida no consumo dos recursos naturais faz parte de um raciocínio obsoleto, carente de transformações profundas em instituições sociais, valores e ideias, base para a formação de empreendedores e gestores das cidades.

Defende-se a ocupação dos espaços de forma racional, planejada, que leva em consideração o equilíbrio socioambiental e que respeita o curso natural da vida, sem intervenções negativas, desastrosas e de difícil solução, especialmente quando o impasse se realiza entre comunidades pobres e empresários donos do capital.

As formas tradicionais de ocupação estão cedendo aos grandes empreendimentos deixando de existir condições plenas de suas existências e desenvolvimento local, já que a renda gerada nessas localidades não traz reflexos diretos para a mesma, tendo, ao contrário, agravado o quadro ambiental e social, compreendendo-se as reações dos grupos populacionais atingidos pela redefinição tecnológica, expressando contradições e um desafio à gestão daquele município.

Esses ecossistemas costeiros são importantes para a manutenção da população de Curral Velho, que retira seu sustento e garante a manutenção desse lugar. Nessa localidade existe um espaço de lazer, um cenário de praia quase deserta – a praia de Arpoeirás com suas águas recuadas por mais de dois quilômetros e retornadas duas vezes ao dia em obediência ao ritmo da maré e por isso considerada uma das praias mais secas do Brasil.

O distrito de Aranaú posiciona-se a leste da Sede Municipal desde o ponto onde deságua o riacho Canema até o mar; ao norte com o oceano, desde a extrema com o distrito de Acaraú, até a foz do riacho da Prata, com o mar. Ao sul se limita com o município de Cruz e a oeste com Jijoca de Jericoacoara.

A situação econômica deste distrito é baseada no cultivo da mandioca para a fabricação de farinha e goma, feijão, milho, mamona e outros cereais, produzidos na área rural deste distrito, complementando sua balança econômica com pequenas plantações de cana de açúcar, numerosos coqueirais, carcinicultura e pescas artesanais e empresariais situados em vinte e quatro quilômetros de litoral, trazendo significativo movimento ao porto pesqueiro chamado de Marambaia apresentado na fotografia de número 41. Este porto simboliza um elo com o de Outra Banda, pois, em determinadas épocas, os frequentadores de Outra Banda realizam permuta com o porto de Marambaia ora para saírem ou atracarem com seus produtos de pescaria.

Fotografia 41 – Porto de Marambaia em Aranaú



Fonte: Santos, M. A. F. 2010.

Entre os problemas enfrentados por esses moradores, destaca-se o avanço das dunas sobre residências e comércios de forma descontrolada e instalação de forma indiscriminada de aparelhagens para obtenção de energia eólica com ocupação de suas praias e dunas.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.

Os resultados aqui obtidos servem ao propósito de melhorar a eficiência dos serviços de educação, habitação e ocupação do espaço urbano e rural da cidade de Acaraú e, em especial, no Bairro de Outra Banda quando divulgados e apropriados os resultados da pesquisa. Estes servirão para encadear discussões acerca da organização do espaço vivido e, feito isso, embasar o planejamento dos lugares ocupados por profissionais conscientes do papel que exercem na produção desses espaços, assim como rever os erros cometidos quanto aos impactos negativos que uma ocupação de forma desordenada possa ter causado.

Os professores de geografia ouvidos demonstraram estar distante da discussão desencadeada pela geografia crítica de Yves L'acoste, apontada por Moraes, (1993, p. 114-116), quando delimita uma geografia para os professores que tem o poder de mascarar a “existência da geografia dos Estados-Maiores, apresentando o conhecimento geográfico como um saber inútil, que negligencia o saber pensar o espaço, tornando-o desinteressante para a maioria das pessoas”.

Desse modo, torna-se necessária a ampliação da compreensão do conceito de lugar pelos professores de Geografia. Assim, os mesmos seriam capazes de criar estratégias de ensino-aprendizagem vinculadas ao cotidiano dos educandos, os quais passariam a enxergar no ensino de geografia a compreensão sobre os movimentos sociais e a dinâmica dos lugares.

Os pescadores representam a história da cidade, contada a partir de sua ocupação pelo rio e pelos nativos, índios pescadores Tremembé, atualmente distribuídos nos municípios de Itarema, Acaraú e Itapipoca. O saber dessas pessoas revela espaços diferenciados, observados e vividos, embora na condição de dominados, nem sempre cientes de que suas práticas do passado são histórias que produzem e reproduzem espaços.

Algumas famílias de pescadores conseguem quebrar o ciclo vicioso da pobreza e das dificuldades, oportunizando aos filhos uma carreira diferente da de pescador, a exemplo de muitos pais que conseguem formar seus filhos em cursos de graduação os mais variados. Esta atitude está cada vez mais frequente e constata-se com isso o distanciamento dos filhos no ofício da pesca, pois se questiona nesta tese a ausência da evolução do ofício de pai pescador para filhos com formação em cursos nas áreas da pesca como engenharia de pesca, oceanografia, biologia marinha, etc.

Os pescadores nordestinos atribuem aos poderes de Deus o que lhes possa acontecer na pescaria (MALDONADO, 1994), assim como atribuem também ao sucesso nas pescarias

o merecimento de ter ou não a sorte de uma boa produção, bastando que cumpram os pactos estipulados na reciprocidade, no respeito, no comportamento solidário e de cooperação, que se desobedecidos podem trazer maus presságios e desastres fatais.

Os pescadores acarauenses contam que *“os tempos passados eram melhores, pois havia fartura de peixes e outros alimentos, além de que havia mais tranquilidade”*, considerando as ondas de violência que assolam a cidade com assaltos e uso e tráfico de drogas.

Outros contam histórias relacionadas ao avanço do mar e acreditam que *“a Igreja Matriz vai se tornar cama de baleia”*, apareciam letras de fogo sobre as águas, assobios e juram que por inúmeras vezes presenciaram queda da vegetação do mangue e que em instantes o mesmo já estava de pé, intacto.

Há também a história daqueles que enquanto estão pescando nas calmarias das águas aparece um pescador que imita seus gestos e ao “tarrafear”, o mesmo gesto é imitado, o que faz arrepiar os cabelos.

Existem também bruxas no antigo porto de Cacimbas de aparência assustadora com tochas de fogo ateando no mangue, além de um carro que aparece no meio do fogo e em seguida desaparece diante não de um, mas dizem que até três deles de uma vez só já presenciou o ocorrido.

No rio tem uma encruzilhada em um trecho de nome “Camurupim”. Lá os pescadores encontram caixão de defunto cheirando a flores e que desaparece ao amanhecer, além do aparecimento de um neguinho que nada no rio, entra no mangue e desaparece; mas a história mais popular, contada inclusive pelos professores entrevistados é a do “fogo do salgado” que percorre grande trecho do rio para se apagar em um mergulho.

Outras histórias povoam o imaginário dos pescadores, associadas às lembranças contadas por moradores antigos que recordam do tempo em que faziam cantorias e festas aos ritmos do xote, do bolero, do samba, entre outros. As roupas, segundo relatos dos pescadores de Curral Velho, eram confeccionadas de saco de açúcar, de algodãozinho e de um tecido popularmente chamado de “volta ao mundo” nas cores: verde e rosa fosforescente.

5.1 A Fala dos Pescadores

Dos sessenta e cinco (65) pescadores entrevistados, 15% são jovens entre vinte e cinco (25) e trinta e cinco (35) anos; 57% têm entre trinta e seis (36) e cinquenta e cinco (55) anos; 21% estão com cinquenta e seis (56) e setenta (70) anos; enquanto 7% têm setenta e um (71) anos ou mais.

Todos os entrevistados são casados e possuem entre um e nove filhos, os quais frequentam as escolas locais motivados pelos pais que não conseguiram quando crianças permanecer na escola, abandonando-a mediante necessidade de ajudarem em casa. Antigamente o mais sensato era os pais influenciarem os filhos para a arte da pesca, pois assim estavam ensinando seu ofício e livrando os filhos da ociosidade.

“Eram tempos considerados difíceis”, declara (entrevistado A), de 63 anos de idade, quarenta anos de profissão e seis filhos. Assim, os pais precisavam de ajuda dos filhos na atividade pesqueira para complementar a renda familiar.

O mesmo entrevistado diz que nunca frequentou escola e que não sabe fazer outra coisa a não ser pescar. Quando indagado sobre o gosto de ver os filhos seguirem sua profissão, afirma que *“a vida no mar é muito sofrida e que por isso prefere ver os filhos em terra para poderem estudar e arrumarem profissão melhor”*.

Analisando estes depoimentos, observa-se que existe um conflito vivenciado pelos pescadores mais velhos, pois ao mesmo tempo que eles necessitam da ajuda dos filhos para melhorar a renda familiar, eles também preferem ver os filhos procurando outras oportunidades de trabalho.

Do total de sessenta e cinco pescadores ouvidos, dezoito responderam que têm filhos nessa profissão, mas não por opção. Estes não frequentam escolas, são os mais velhos de famílias numerosas e a eles é destinada a continuidade do estilo de vida sacrificada e distante da educação formal.

Pais pescadores relatam que enveredaram no ofício da pesca aos nove anos de idade,

o que fez com que deixassem de frequentar as escolas. Como resultado desse processo, a maioria declara ser analfabeto ou com pouco conhecimento de leitura e escrita.

Segundo depoimentos, apesar de oferecer riscos e baixa remuneração, a atividade da pesca, é atrativa, considerando que o convívio com embarcações, o rio e o mar se constituem em lazer e por isso, os filhos dos pescadores passam a gostar também da profissão e criam afinidade e afeto com o local de trabalho dos pais, que temem pelos filhos que tomam gosto pela atividade da pesca e se envolvem.

Por outro lado, entende-se que a ausência dos mais jovens na profissão de pescador põe em risco a tradição da pesca artesanal e empresarial, desmotivada pela própria classe de pescadores que impedem a permanência dos filhos na profissão. Estes encorajam os filhos para que permaneçam na escola e possam seguir outra profissão. Esta é uma prática frequente entre famílias de pescadores, que mesmo diante das adversidades conseguem favorecer aos filhos a formação que lhes foi negada. Diante da possibilidade dos filhos darem continuidade à profissão de pescador, são unânimes em afirmar que infelizmente, o ofício da pesca tende a desaparecer. Destacando o depoimento de um dos pescadores temos que:

“... esta profissão é devagar, não tem futuro por causa do sofrimento que se passa no mar debaixo de sol e chuva; paga muito mal, é trabalho pesado, muito perigoso e corre-se o risco de ir e não voltar, como aconteceu com muitos amigos, por isso não quero que meus filhos continuem com este ofício” (Depoimento do entrevistado B, 2011-2012).

Aqueles jovens mais comprometidos com a escola, porém, de forma espontânea demonstram desinteresse em dar continuidade aos trabalhos de seus familiares. Entre outros argumentos, relatam que as jornadas de trabalho são exaustivas para pouca produtividade. Esse fato também está associado à degradação ambiental e à redução do estoque pesqueiro no mar de Acaraú, fruto da pesca industrial predatória.

A reflexão que se faz nesta tese nos revela Outra Banda como um lugar dos pescadores, que gradativamente abandonam esta profissão mediante as dificuldades relatadas nesta pesquisa. A atividade da pesca teve seu apogeu, mas não evoluiu considerando-se que a nova geração ribeirinha tem se deslocado nos últimos anos para outras profissões,

constatando-se o ingresso de jovens em universidades com os mais variados cursos, significando a busca de melhores oportunidades.

Com relação aos problemas existentes no bairro, os entrevistados os reconheceram, mas dizem que:

“gostam do bairro e que não sentem vontade de morar em outro”. A partir do exposto depreende-se que existem laços identitários dos moradores com o lugar, pois os mesmos não só ocupam, mas se solidarizam uns com os outros na cumplicidade de estarem dividindo os mesmos espaços, as mesmas dificuldades e as mesmas soluções. Quando estes laços existem, vai ao encontro do que defende o pensamento de Silva (2005).

Neste contexto foi ainda lançada a seguinte questão: gostaria de morar em outro bairro? Apenas oito entrevistados declararam sentir vontade de trocar de bairro, pois acham o bairro em que moram muito bagunçado e gostariam de morar em um bairro mais calmo. Como se observa, a maioria se diz satisfeita com o lugar de moradia e não gostaria de morar em outros locais, apesar de apontarem para o município diversos problemas tais como: falta de oportunidade de emprego para os mais jovens, uso de drogas e outros problemas sociais na comunidade.

Durante entrevistas, solicitou-se aos pescadores que fotografassem mentalmente a cidade de Acaraú e todos optaram por fazer a fotografia no porto de Outra Banda, elegendo este local como aquele que representa melhor o município. Observou-se que esta atitude demonstra a satisfação de morarem ou passarem o dia em Outra Banda, local dos relacionamentos de profissionais e emocionais, demonstrando neste cotidiano fortes vínculos entre homens e lugares.

Quanto ao descarte de lixo nos manguezais e derramamento de óleo nas águas do rio, estes constituem preocupação recorrente entre os que frequentam o porto e culpam o poder público que deixa de cumprir com os serviços essenciais para a população. Atrelam o descuido com a cidade com falta de desenvolvimento, embora compreendam que a cidade cresceu. A maioria acha que o lugar progrediu, mas apresenta atraso, especialmente na área social, conforme declaração solicitada para a descrição do lugar em que moram:

“É um lugar bom para se viver, tranquilo, mas é fraco, atrasado, pois não tem emprego nem para os mais velhos nem para os mais novos, além de que é um lugar que não cuida do meio ambiente, deixando o rio se encher de lixo e óleo de barco, que é o que temos de melhor”. (Entrevistado C, 48 anos).

Outro depoimento que merece destaque é de um antigo morador de Outra Banda, de 63 anos:

“Comparando com os outros tempos, hoje este lugar está muito bom” (Entrevistado D), fazendo referência às dificuldades enfrentadas por moradores em Outra Banda quando não tinham água encanada, energia elétrica, assistência à saúde e escolas públicas para os familiares.

Outra questão averiguada diz respeito à pesca da lagosta. A maioria dos entrevistados pesca lagosta na modalidade empresarial e passa de trinta a quarenta dias no mar, dependendo da capacidade do barco. Na época do defeso do crustáceo (dezembro a maio), praticam a pesca empresarial ou artesanal com a captura do peixe. Pelo fato do peixe ter preço bem inferior ao da lagosta, esta modalidade de pesca deixa de pagar aos seus pescadores com carteira assinada. Por isso é considerada uma forma de pesca alternativa, apesar de oferecer menor esforço, pois leva de três a oito dias, podendo ainda gastar apenas um dia na “pesca de ir e vir”.

A remuneração fixa, paga para os que têm carteira assinada fica em torno de um salário mínimo mais a produção paga por viagem, dividida em duas parcelas: uma na saída deixada com a família e a outra que é paga na chegada, podendo ser maior ou não, dependendo da produção, chamada de “sorte” por muitos.

No que tange ao conhecimento sobre documentos com normas de regulação para o ordenamento dos lugares, a exemplo da Lei Orgânica Municipal e Código de Posturas do Município, nenhum pescador indagado nesta pesquisa disse conhecer qualquer informação a respeito, mesmo aqueles pescadores sindicalizados. Como era de se esperar, informações esclarecedoras quanto ao uso e controle do meio não circulam com facilidade, apesar de engajados na associação de pescadores, entidade ideal para que essa informação fosse

realizada. Além disso, grande parte dos pescadores entrevistados disse que gostaria de conhecer melhor a legislação, porém necessita de orientações.

Numa época em que as notícias acontecem em tempo real, espera-se uma sociedade mais informada e integrada aos problemas gerais e que seja capaz de aprofundar as discussões a respeito das intervenções do Estado e do grande capital no lugar onde moram. Assim, as decisões coletivas teriam mais possibilidades de ocorrerem nos espaços que estão restritos a técnicos e políticos.

É preciso que os cidadãos, especialmente aqueles que lidam com educação, tenham recebido formação que lhes permita compreender do que se compõem seus espaços de vivência e que sejam capazes de recolocar os problemas locais em função daqueles que tratam da região e do país, na ausência de consulta democrática tão praticada, mesmo nos tempos mais modernos.

5.2 A Fala dos Professores

Traçando inicialmente o perfil desses professores entrevistados, chegou-se a conclusão que os mesmos têm entre trinta (30) e cinquenta (50) anos, com 75% do sexo masculino e 25% do sexo feminino. Esse perfil baseado em gênero demonstra uma realidade bastante diferente de tempos passados que apresentava o corpo docente das escolas basicamente com profissionais do sexo feminino, especialmente as escolas que tratavam com alunos do ensino fundamental.

Para atender às indagações postas, perguntou-se aos professores de geografia das escolas mencionadas sobre conhecimento em relação a problemas e potencialidades atribuídos à cidade de Acaraú, com o intuito de averiguar a possibilidade de contextualizarem o bairro de Outra Banda na cidade de Acaraú e inclusão do mesmo nos conteúdos de geografia regional, considerando que as escolas em que atuam recebem alunos desse bairro.

Iniciando, portanto as atividades desta pesquisa junto aos professores de Geografia em Acaraú – CE abordamos em princípio os problemas por ordem de importância, conforme

apresentação no quadro 01. Em relação a essa temática, os professores se mostraram mais incomodados com a carência de empregos na cidade e problemas com prostituição e uso de drogas, principalmente pelos mais jovens que largam a escola tendo como consequência a desqualificação profissional, fato este aliado à falta de incentivo para crianças e jovens frequentarem as escolas locais.

A ausência de programas que norteiem a população para prevenção de doenças também preocupa estes professores quando declaram que falta conscientização do povo que continua com o hábito de jogar lixo no rio e dejetos pelos esgotos domésticos, além de faltar ao poder público a ação de providenciar o saneamento básico.

Há também incômodo entre esta classe de moradores quanto à falta de esclarecimentos sobre legislação para uso dos recursos naturais existentes e ocupação do solo. Outras ações foram apontadas como necessidade de deslocamento na área urbana de forma ordenada, desmate das margens do rio, ocupação de forma irregular nas vazantes, implantação de criatórios de camarões de forma predatória, exploração de forma desordenada dos recursos minerais como a retirada de areia e barro e ocorrências desagradáveis no trânsito de veículos nas vias urbanas e rurais.

Todos os entrevistados reconhecem que as ações desencadeadas pela sociedade acarauense no âmbito civil e político contribuem para a manutenção do subdesenvolvimento socioambiental, considerando-se as angústias sentidas pelos moradores de habitarem locais repletos de potenciais, mas com sérios problemas que afligem a população nos seus diversos aspectos.

Portanto, pudemos constatar que os problemas observados pelos professores de geografia na cidade de Acaraú são verídicos, mas são antigos e os moradores, especificamente os professores, alheiam-se aos fatos citados, na competência da prática pedagógica, embora consigam percebê-los. Podemos constatar esses problemas mencionados pelos professores no quadro 01 adiante.

Quadro 01 – Problemas na Cidade de Acaraú Segundo os Professores de Geografia

Problemas evidenciados por ordem de importância
1. Carência de empregos.
2. Problemas com prostituição e uso de drogas.
3. Lançamento de lixo no rio Acaraú.
4. Ausência de poder público na área de Educação e Saúde.
5. Falta de saneamento básico.
6. Falta de esclarecimento da comunidade para o exercício da cidadania e obediência às Leis Municipais existentes.
7. Ausência de investimento em infraestrutura nos bairros.
8. Desmatamento do manguezal e pesca predatória.
9. Ausência de Educação Ambiental nas comunidades.
10. Carência de ordenamento nas ruas, no trânsito e falta de arborização.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Este quadro, baseado nas observações dos professores envolvidos na pesquisa, demonstra que os mesmos estão conscientes dos problemas sociais, ambientais, políticos e de infraestrutura existentes na cidade de Acaraú. Constitui-se em um diagnóstico e deve ser levado em consideração. Para tanto, compromete-se com sua divulgação para que possa motivar esses professores a enveredarem pelo caminho da pesquisa aplicada aos lugares de vivência, entendendo-se que as ações sobre os espaços devem acontecer de forma consciente. Só assim se consegue ir além das necessidades de sobrevivência.

Ressaltar as potencialidades do município foi mais difícil e aconteceu em menor número do que apontar os problemas. A atividade pesqueira foi a mais apontada, seguida da possibilidade da aptidão turística, considerando os atrativos naturais existentes como o rio, as praias, as lagoas, porém chegou-se à conclusão que turisticamente este potencial ainda não foi ressaltado, necessitando de incentivo, caso venha a ser reconhecido de fato.

Os potenciais econômicos como charqueadas, sal marinho, cera de carnaúba, rapadura, aguardente e fabricação de conservas, não foram mencionados. Estas são consideradas atividades econômicas implantadas no início da ocupação do território que por falta de incentivos ficaram no passado, entendendo-se como perda social e econômica, implicando na manutenção de uma estagnação econômica que se arrasta por décadas

consecutivas no interior do território cearense, inclusive em Acaraú.

As atividades econômicas que melhor representam a cidade na concepção desses professores são elencadas por ordem cronológica quando se entende que a pesca empresarial da lagosta e do peixe vem sendo suplantada simultaneamente por projetos de irrigação de fruticultura, carcinicultura, comércio e serviços, especialmente do funcionalismo público da esfera municipal, estadual e federal, que movimenta de certa forma o comércio do município. De acordo com os depoimentos junto aos professores:

“A cidade de Acaraú está se descaracterizando como terra da lagosta, pois este crustáceo está se tornando raro em nossos mares. Agora temos a festa do camarão, porém não sabemos até quando”. (Professores de Geografia do Município de Acaraú – CE, 2012).

Alertar as pessoas para a importância da preservação dos recursos naturais é possível. Os professores contatados concordam que:

“todos têm direito e garantia de um ambiente saudável, inclusive as futuras gerações. A manutenção dos recursos naturais ali existentes, principalmente os mangues, as dunas, os solos e os recursos hídricos devem ser preservados e que há conhecimento a respeito dos documentos que tratam do assunto, mas faltam-nos incentivos por parte dos gestores escolares”. (Professores de Geografia do Município de Acaraú – CE, 2012).

Discutiu-se também com os professores sobre os desmembramentos ocorridos no passado e a expectativa por novos municípios. Perguntou-se também se esse tipo de política trouxe consequências para o município e os professores em questão consideraram que:

“há falta de esclarecimento para as populações, especialmente as que participam do processo de ganho de novo município, o que poderia ser feito como proposta durante a aplicação do plebiscito”. (Professores de Geografia do Município de Acaraú – CE, 2012).

Todos afirmaram que Acaraú perdeu territórios durante as emancipações ocorridas, o que demonstra fragilidade e desinteresse dos dirigentes em informar sobre o assunto, especialmente para a camada da população dos municípios desmembrados, agora obrigados a conviver com uma nova geografia de lugares.

Para averiguar quão esses profissionais concebem o seu espaço de vivência, depois de perguntar sobre as atividades econômicas que melhor representam a cidade, perguntou-se também como seria para eles, uma cidade ideal para se viver.

A cidade ideal para se viver, segundo depoimento tomado é aquela que oferece aos seus moradores educação de qualidade, emprego e segurança, cidade esta utópica do ponto de vista desses professores que acrescentam a estas as seguintes características:

“Uma cidade de porte médio, que reine a democracia e todos possam opinar sobre as decisões políticas, com preocupações sempre coletivas quando o assunto diz respeito à cidade. Que possa oferecer ocupação para todos concomitante com educação, moradia, saúde, segurança. Esta cidade não existe aqui no Brasil...” (Professores de Geografia do Município de Acaraú – CE, 2012).

Indagou-se durante as discussões sobre parentesco com pescadores, no intuito de averiguar ainda entre os moradores de Acaraú a nítida divisão de classes entre pescadores e outros profissionais e se percebiam entre seus alunos a existência de filhos de pescadores ou se os mesmos ficavam despercebidos entre os outros alunos e como os mesmos eram vistos entre os demais.

Do grupo dos dez professores envolvidos na pesquisa, três (30%) tem parentesco com pescadores como neto, filho e sogro, indicativo de novas eras que permite relacionamentos desiguais e desconstrução de estereótipos que minimiza preconceitos que servem apenas para dividir os seres humanos e negligenciar a capacidade produtiva de moradores e consequentemente dos lugares inferiorizados sem razão de ser. Todos os professores têm alunos filhos de pescadores conforme relato seguinte:

“Os filhos de pescadores que frequentam nossa escola apresentam algumas dificuldades, principalmente aqueles de pais ausentes; mas no geral são os mais disciplinados. Ainda acontece, mas são raros alunos que escondem suas origens por preconceito” (Professores de Geografia do Município de Acaraú – CE, 2012).

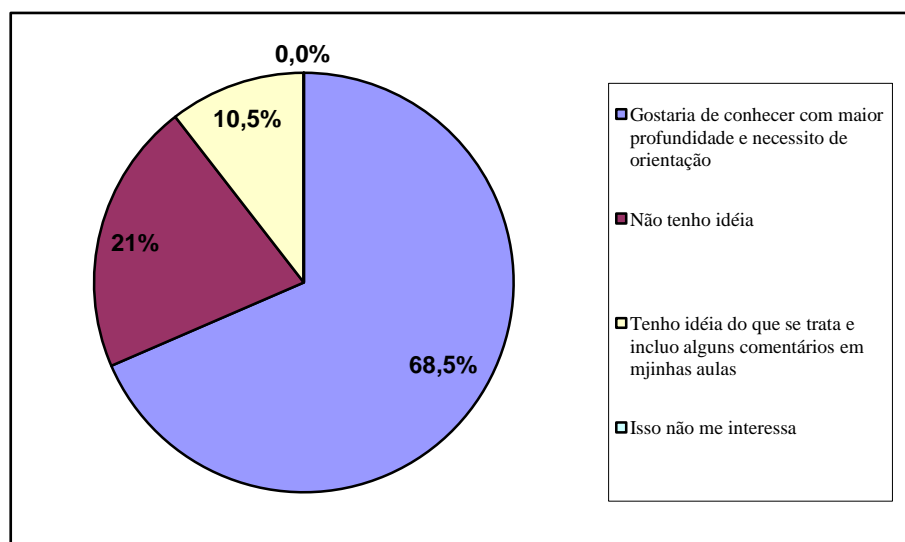
Este depoimento nos permite a observação de que os alunos que moram em Outra

Banda sofrem preconceito ou descaso quando na fala dos professores houve nitidamente argumentações para a eles se referirem como aqueles que apresentam mais dificuldades e que pela condição de trabalho dos pais, são filhos de pais ausentes, mas diante das adversidades que rodeiam esses alunos, mesmo assim são “disciplinados”. E como saber daqueles que escondem suas origens por preconceito.

Outro momento importante das indagações se fez com discussões acerca da existência, acessibilidade e aplicabilidade de leis regulatórias no território acarauense. Este questionamento trouxe possibilidades de se pensar a inserção de informações sobre os lugares de vivência no que diz respeito à sua organização e o papel do professor de geografia neste momento.

Quando se pergunta sobre o conhecimento a respeito da Agenda 21, a maioria dos questionados (68,5%) mostra-se interessada, pois gostaria de conhecer com maior profundidade, porém necessita de orientações a seu respeito, conforme gráfico 01:

Gráfico 01 – Agenda 21 na Percepção dos Professores de Geografia em Acaraú - CE



Fonte: pesquisa direta de campo, 2012.

Esses registros permitem a constatação da necessidade de informações e favorecimento por parte do poder público para que as informações sobre uso e ocupação de espaços cheguem aos professores interessados como processo contínuo nas escolas, com

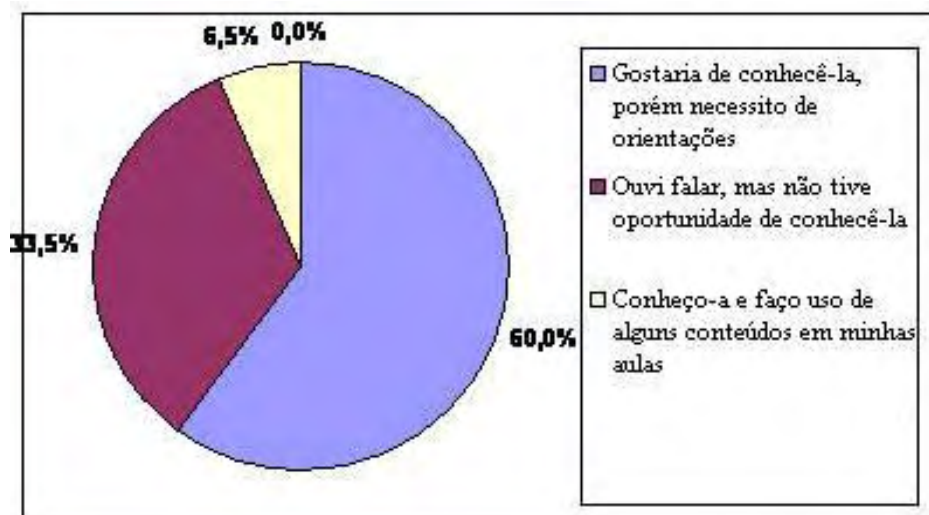
conteúdos que atendam às aspirações desses profissionais e os torne mais comprometidos e seguros do seu papel e que suas atitudes representem esforços que caminham para a construção de espaços melhores e com pessoas que buscam a manutenção de seus próprios lugares.

Deve-se levar em conta que o compromisso deve ser de todos, com informações estabelecidas na sustentabilidade de áreas, na construção de uma consciência crítica sobre os processos das relações históricas, entre a sociedade e a natureza, capaz de entender e promover atitudes e valores necessários à reorganização na cultura de produção e de consumo da sociedade, para que os lugares continuem fornecendo o sustento das pessoas que vão surgindo, sem aumentar a pobreza e colaborando para a diminuição do número dos excluídos, considerados aqui nesta pesquisa pelos moradores de Outra Banda e pelos professores de Geografia com o compromisso de olhar geograficamente para os espaços da cidade.

Entre os professores pesquisados neste trabalho, deduz-se que se caminha, mas de forma muito lenta e com inúmeras lacunas para uma consciência coletiva de uso dos espaços. Há carência no que diz respeito à internalização de concepções pedagógicas que levem à compreensão da necessidade do conforto aliada ao fazer com consciência, do conhecimento de suas técnicas e de seus conhecimentos científicos, fortalecendo a capacidade de autogestão destas coletividades. O papel do professor de geografia no espaço das escolas acarauenses precisa ser repensado, pois pode colaborar com a inclusão de pessoas em um espaço bem maior que o de um bairro.

Indagados quanto ao conhecimento a respeito da Lei Orgânica do Município, as respostas se confirmaram no ouvir falar (33,5%) e interesse em conhecer (60%) e a minoria diz conhecer e fazer uso da mesma nas aulas de geografia, analisadas através do gráfico 02, podendo-se concluir que as respostas colhidas indicam a necessidade de acesso à Lei Orgânica Municipal, que em seu texto diz “promover, no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação de solo urbano e rural”. O acesso a esse conhecimento permite uma reflexão crítica sobre a responsabilidade que os gestores devem aos seus municípios, entendendo-se que a omissão de informações induz à produção de sociedades passivas e espaços inertes.

Gráfico 02 – Conhecimento da Lei Orgânica Municipal Pelos Professores de Geografia em Acaraú – CE



Fonte: pesquisa direta de campo, 2012.

Assim sendo, ousa-se falar em iniciar um processo de mudança de atitudes por parte de professores, os quais possam implantar em suas comunidades um processo de sensibilização quanto ao uso do meio ambiente e que se inquietam frente ao desrespeito à legislação ambiental promulgada por esse município, o qual assegura cumprir os princípios basilares da paz e da justiça social, ratificando e defendendo os direitos e garantias fundamentais do ser humano e cumprir fielmente a missão que lhe foi outorgada pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Os recursos naturais como as praias, rios, riachos, lagamares, lagoas, córregos, açudes, ilhas e os portos, especialmente o de Outra Banda se constituem em um “laboratório vivo” para o desenvolvimento de atividades de campo nas escolas. Mesmo assim, o que se observa pode se chamar de negligência em relação a esse ambiente que poderia tornar as aulas mais interessantes e relacionadas com os problemas do município. A crítica que se faz diante desse fato diz respeito em relação às ações que deixam de ser realizadas nas escolas através das iniciativas dos educadores locais que não mencionam em suas aulas informações sobre esses recursos utilizados para depósito de lixo e que para serem usados pelo setor imobiliário estão sendo aterrados, dentre outros problemas.

Quanto às inquietações com relação à qualidade do ensino de Geografia na cidade de Acaraú, direcionaram-se perguntas relacionadas à formação destes, os quais revelam que apenas um (01) professor entre os dez (10) entrevistados possui a formação acadêmica nas duas modalidades: licenciatura e bacharelado. Os demais cursaram somente a licenciatura, mas todos possuem algum tipo de pós-graduação e um (01) dos professores apenas comentou possuir mestrado e em área diferente da Geografia.

Outro dado interessante é que todos os professores que lecionam geografia nas escolas visitadas não são dedicados exclusivamente ao ensino da Geografia, pois lecionam ou lecionaram outras disciplinas como Artes, Educação Física, Português, Química e História, com tempo de serviço entre um (01) e oito (08) anos na profissão.

Quando se pediu para descrever um bom curso de Geografia, a descrição foi a do curso feito por eles, considerado satisfatório, com aulas de campo excelentes, assim como os conhecimentos específicos, gerais e as práticas de ensino. Ao descreverem um bom curso, captou-se uma síntese das diferentes falas no trecho que segue:

“Para que se tenha um bom Curso de Geografia há necessidade de bons professores, que dê um peso maior para a prática e que seja mais abrangente no sentido de oferecer disciplinas tanto da área física como das humanas com maior aprofundamento dos assuntos”. (Síntese das falas dos entrevistados).

Um bom professor de Geografia por sua vez, segundo os entrevistados teria o perfil:

“Dinâmico, que não se prende só ao livro e que faz os alunos vivenciar os conteúdos; consegue mostrar para os alunos que na vivência do dia-dia a relação com o meio ambiente é muito importante, além de respeitar e refletir sobre os recursos naturais e se relacionar com a natureza de fato, para que consiga preservá-la”. (Síntese das falas dos entrevistados).

Diante dos registros apresentados, conclui-se que o compromisso da manutenção dos lugares deve ser de todos, mas são na escola e excepcionalmente nas aulas de geografia que se devem oportunizar discussões e ações possíveis de diagnosticarem, minimizarem, e se

possível, resolverem os problemas que afligem as sociedades e em primeiro plano conhecer as angústias de seus alunos.

Apesar das dificuldades relatadas pelos professores em realizar ações concretas de ensino e aprendizagem de fato, todos foram unânimes em afirmar que uma educação de boa qualidade contribui para a formação de indivíduos capazes de responder e superar os desafios do cotidiano.

A respeito do gosto pelo lugar foi perguntada a opinião dos professores sobre o bairro em que moram com o objetivo de avaliar o conhecimento, a importância e os vínculos desses profissionais em relação ao lugar em que moram e se morariam em outros locais, mas o bairro de Outra Banda não foi mencionado por eles, mesmo aqueles que têm parentes que moram em Outra Banda.

Os professores contatados moram no centro da cidade e dizem gostar, pois este oferece comodidade por conter infraestrutura relacionada aos serviços e comércios e não gostariam de morar em outro bairro, embora achem que o centro da cidade está sujo, com trânsito confuso e calçadas ocupadas por comerciantes, tirando-lhes o direito de acesso.

O Recanto dos Poetas (fotografia 42), Pôr do Sol na Ponte de Outra Banda, Praia de Arpoeiras (fotografia 43), Igreja Matriz (fotografia 44) e vista aérea da cidade, seriam os lugares fotografados por eles.

Diante das considerações apresentadas por pescadores e professores de geografia em Acaraú chega-se à conclusão da importância que tem diálogos sobre o espaço ocupado para que assim possam ser produzidos intencionalmente de forma sustentável no prazer do simples ato de habitar.

Fotografia 42 – Travessia Sobre Manguezal no Riacho São Luís.



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Fotografia 43 – Praia de Arpoeiras.



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

Fotografia 44 – Centro de Acaraú. Ao Fundo a Igreja Matriz.



Fonte: Santos, M. A. F. 2012.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo *topofilia* foi usado por Tuan (1980), para designar a profunda afeição que as pessoas têm por determinados espaços sociais e Barros (2009), apresenta o bairro como o melhor local onde essa afeição se manifesta de maneira bastante acentuada dada a experiência de intimidades que essa porção da cidade nos permite.

Esta pesquisa nos permitiu considerar que na visão saudosista dos pescadores, Outra Banda é um lugar. Entretanto, numa visão mais realista, o bairro de Outra Banda não é lugar. Com o passar dos tempos as pessoas que ocupam este bairro se diluem no emaranhado populacional que cresce, estranho ao seu ambiente de trabalho, de morada e de lazer.

Constatou-se ainda que outras parcelas da população do município não possui a mesma afeição pelo bairro de Outra Banda. Uma dessas parcelas investigada é constituída por professores de Geografia que, por muitas vezes, em contato com filhos de pescadores, revelam certo tipo de preconceito. Consequentemente, esse tipo de atitude acaba por inviabilizar o trabalho exercido pelos mesmos, impedindo-os de mostrar a seus alunos as peculiaridades do bairro de Outra Banda, negligenciando os aspectos positivos do lugar de vivência de determinada parcela dos estudantes.

Os professores de Geografia deveriam desencadear o processo interdisciplinar desenvolvido pela habilidade de observar como as comunidades lidam com as manifestações da natureza e compreendem que elas, muitas vezes, interferem na maneira pela qual o espaço em que se vive é ocupado. Essas observações permitiriam também conhecer e comparar a paisagem local com a de outros lugares e reconhecer semelhanças e diferenças nas formas pelas quais os diferentes grupos sociais lidam com as manifestações da natureza.

Os profissionais ligados à ciência geográfica possuem a capacidade de contribuir para transformar concepções e sintonizar lugares, nem sempre entendidos por eles, posto que, detentores do saber, deveriam orientar aqueles que mais necessitam compreender o espaço em que atuam. Não obstante, os professores acarauenses ouvidos esclarecem que, apesar de inseridos em um ambiente de pesca, essa peculiaridade passa despercebida e perde-se importante recurso didático e estímulo a uma prática educativa holística.

Uma das formas de analisar o espaço geográfico é pela história, que busca no passado a compreensão da atualidade. O passado funciona como facilitador na compreensão das singularidades dos lugares; visto que a comparação entre diferentes épocas nos permite analisar se estes evoluíram, estagnaram ou melhoraram do ponto de vista da qualidade de

vida, política e discernimento dos moradores sobre os espaços ocupados.

Para Santos (1992) e (1997) a dimensão temporal é imprescindível no estudo da organização espacial e o mesmo autor também afirma que o tempo se materializa no espaço através das diversas formas construídas em cada época e nos dá como resultado a paisagem, porém esta se apresenta como soma de tempos desiguais, pois as mudanças estruturais não podem recriar todas as formas e por isso temos que conviver no presente com as formas do passado.

Os professores de Geografia desta pesquisa foram convocados a analisarem os conteúdos de Geografia Regional e inserirem o bairro de Outra Banda no contexto da cidade de Acaraú para que este mantenha sua história na memória dos mais jovens com suas peculiaridades de bairro de ribeirinhos e povos do mar.

A aplicação das entrevistas permitiu a coleta de depoimentos enriquecedores, como também favoreceu oportunidade de aprofundamento das discussões acerca de assuntos diretamente relacionados com o espaço produzido.

Observou-se que pessoas velhas e novas não possuem discernimento sobre seu espaço de vivência e nem se sentem protagonistas, fazedores e pensadores de seu próprio espaço. Foi possível ainda constatar que o bairro de Outra Banda é resultado de inúmeras ações públicas e privadas, é um espaço rico em contradições e que em sua produção espacial estão reveladas mudanças que apontam para o fim desse bairro como “um lugar”.

Desse modo Outra Banda se constitui como “lugar” apenas para os moradores mais antigos, principalmente para aqueles que ainda mantêm certo vínculo com as atividades pesqueiras.

Analisando o desinteresse desses jovens pelo ofício da pesca, chega-se a conclusão que tal decisão pode representar o abandono de todo um conjunto de saberes, que são de extrema importância no conjunto das práticas sociais e dos elementos simbólicos que compõem o patrimônio imaterial dos moradores pescadores de Outra Banda em Acaraú - CE.

Assim, se analisa este espaço do bairro de Outra Banda como um lugar com risco de perda de memória e expressão do cotidiano de um povo ribeirinho, do barco e do mar, à espera de quem os veja com novos usos e ocupação, mas ajustado ao rearranjo socioespacial, com o mínimo de impactos negativos capazes de continuar produzindo relações cotidianas ao modo de vida dos ribeirinhos e povos do mar.

7 REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Brasil: paisagens de exceção. O litoral e o pantanal mato-grossense – patrimônios básicos.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

ACARAÚ. Câmara Municipal. **Código de posturas do município de Acaraú.** Acaraú/CE, 1990 a.

ACARAÚ. Câmara Municipal. **Lei Orgânica do Município de Acaraú.** Acaraú/CE, 1990 b.

ACARAÚ. Câmara Municipal. **Plano diretor de desenvolvimento urbano de Acaraú.** Acaraú/CE, 2000.

ACARAÚ: captura de larvas ameaça mangues. **Diário do Nordeste**, 31 ago. 1991. Cidades, p. 8.

ACARAÚ para recordar: açudes. 27 jun 2009. Disponível em: <http://acarauprarecordar.blogspot.com.br/2009/06/acudes.html>. Acesso em: 14 maio 2012.

ALENCAR, Edgard; GOMES, Marcos Affonso Ortiz. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo.** UFLA/FAEPE, 1998.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia.** São Paulo: Cortez, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

_____. **A terra e o homem no Nordeste.** 7. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925).** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

ARAÚJO, Nicodemos. **Acaraú, cidade centenária.** Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, Imprensa Oficial do Ceará, 1982.

_____. **Cronologia da Cidade de Acaraú: 1700 – 1991.** Fortaleza – CE: Gráfica Stylos Comunicações, 1991.

_____. **Município de Acaraú: apontamentos para sua história.** Acaraú/CE: Tipografia do “O Acaraú”, 1940.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BARROS, Paulo César de; FERREIRA, Fernando da Costa. A importância do estudo da geografia histórica para a compreensão do espaço urbano. **Revista geo-paisagem**, n. 15, jun. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 maio 2012.

_____. **Lei 7.661 de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm. Acesso em: 14 maio 2012.

BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. O tempo e a cultura da natureza: uma análise das sensibilidades dos escritores regionais em relação ao semiárido do Nordeste brasileiro. **Revista História do Governo do Estado de São Paulo**, n. 38, nov. 2009. Disponível em: <http://nossossemiario.blogspot.com/2010/01/literatura-e-semiarido.html>. Acesso em: 07 abr. 2011.

BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis – SC: Letras Contemporâneas, 1999.

CARLOS, A. F. A. **Reflexões sobre o espaço geográfico**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FFLCH – USP, São Paulo, 1979.

CATÁSTROFES naturais: as imagens simbólicas. **A Foto histórica (e suas histórias) no Brasil**. 19 jan. 2011. Disponível em: <http://afotohistoricanobrasil.blogspot.com.br/2011/01/catastrofes-naturais-imagens-simbolicas.html>. Acesso em: 14 abr. 2011

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito - chave da geografia**. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1990.

DINIZ, Simone Ferreira; César Augusto Moreira; Fabrício Aníbal Corradini. **Susceptibilidade erosiva do baixo curso do rio Acaraú – CE**. Pós-graduação em Geociências e Meio Ambiente, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, UNESP/Campus Rio Claro, 2008.

FILE: Ceara Municp Acarau.svg. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ceara_Municp_Acarau.svg. Acesso em: 10 maio 2012.

FIM do defeso: clima tenso na volta da pesca da lagosta. **Diário do Nordeste**, 1 jun. 2011. Disponível em: <http://www.oacarau.com/2011/06/fim-do-defeso-clima-tenso-na-volta-da.html>. Acesso em: 24 jun. 2012.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS – FUNCEME. Fortaleza, 1995.

VASCONCELLOS, Patrícia Coelho de. **Descobrimo e construindo Acaraú**: conhecimentos de Geografia e História. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

VIEIRA, Mauricio. Emancipação II: TRE não tem previsão para realizar plebiscito no interior. **Jornal Diário do Nordeste**, 19 jul. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ – IBGE/CE. **Censo demográfico**. Fortaleza, 1993.

_____. **Censo demográfico**. Fortaleza, 2010.

_____. **Censo demográfico**. Fortaleza, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. Divisão de Educação Ambiental do IBAMA no Ceará. **Organização X pesca predatória**: construindo um futuro melhor. Fortaleza, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 08 maio 2012.

L'ACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, SP – Papyrus, 1997.

MACEDO, Renato Luiz Grisi. **Percepção e conscientização ambientais**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: ANNABLUME, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MEIRELES, A.J.A. e VICENTE DA SILVA, E. Diagnóstico e impactos ambientais associados ao ecossistema manguezal do rio Acaraú/ce, nas proximidades da comunidade de Curral Velho de Cima. *Laudo Técnico*, Procuradoria da República no Estado do Ceará, Ministério Público Federal, 2003, 32p. MEIRELES, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases epistemológicas da questão ambiental: o método. **Revista Orientação**, Departamento de Geografia da USP, v. 8, p. 43-48, 1991 a.

_____. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991 b.

PORTINARI, Cândido. *Poemas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1964.

RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, UNESP, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.

“RETIRANTES”, de Cândido Portinari. Publicado em 28 set. 2011. Disponível em: <http://lerantesdemorrer.wordpress.com/2011/09/28/retirantes-de-candido-portinari/>. Acesso em: 07 jul. 2012.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008.

SANTOS, Maria Auxiliadora Ferreira dos. **A Atividade pesqueira e a produção do espaço em Acaraú – CE**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UFC, 1993.

_____. **Análise do processo de internalização de propostas de educação ambiental em escolas de ensino médio no município de Acaraú-Ce**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1992.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1990.

SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia. **Atlas escolar, Ceará: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa: Grafset, 2004.

SILVA, José Borzacchiello da. Vivendo a cidade: o caso de Fortaleza. In: VASCONCELOS, José Gerardo; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (Org.). **Coisas de cidade**. 1. ed. Fortaleza: Editora UFC, 2005. v. 1, p. 37-50.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de ET AL. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995: 77-116.

SUPERINTENDÊNCIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO CEARÁ – SEMACE. Programa de Educação Ambiental do Ceará – PEACE. **Município de Acaraú**. Fortaleza, 1995.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

VASCONCELLOS, Patrícia Coelho de. **Descobrimo e construindo Acaraú:** conhecimentos de Geografia e História. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

VIEIRA, Mauricio. Emancipação II: TRE não tem previsão para realizar plebiscito no interior. **Jornal Diário do Nordeste**, 19 jul. 2010.

ANEXOS

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES PARA CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO
EM PESQUISA DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA PELA UNIVERSIDADE
ESTADUAL PAULISTA - CAMPUS DE RIO CLARO – SP

De a de de 20

Título do Projeto: Outra Banda: Lugar de Quem?

Pesquisadora Principal: Maria Auxiliadora Ferreira dos Santos

1. Propósito do estudo: identificar os fatores que influenciam a produção do espaço no município de Acaraú e como esse espaço é percebido por grupos distintos.
2. Procedimentos a serem seguidos: responder a um questionário objetivo e subjetivo.
3. Desconforto e riscos: não existem riscos ou desconfortos envolvidos com a participação nesta pesquisa.
4. Benefícios: compreender e avaliar a existência de possibilidades ou não de cumprir com o repasse de conceitos em espaço geográfico e lugar para o entendimento do processo da criação e recriação de lugares e como estes podem ser melhores.
5. Duração: responder ao questionário irá consumir não mais que 20 (vinte) minutos.
6. Declaração de confidencialidade: somente o pesquisador e o orientador terão acesso aos questionários. Suas respostas estarão protegidas pelo anonimato, uma vez que seu nome não será identificado no questionário. Nenhum caso individual ou mesmo por escola será divulgado sem a permissão da instituição.
7. Direito a questões: o entrevistado tem direito a formular perguntas sobre a entrevista e sobre o estudo. O pesquisador irá responder suas questões. O pesquisador poderá ser contatado através do e-mail - dorasantos@ ifce.edu.br ou do telefone (85) 32960866 e (85)91183834.
8. Participação voluntária: a participação neste estudo é voluntária. Participar ou não do estudo não implicará qualquer consequência profissional para o participante, que poderá abandonar o estudo a qualquer tempo, informando o pesquisador. Pode também deixar de responder a qualquer questão específica.

Todo participante precisa ter 18 (dezoito) anos ou mais para participar do presente estudo. Se está de acordo em participar deste estudo segundo os termos acima, por favor, responda o questionário anexo.

QUESTIONÁRIO - PROFESSORES

ASPECTOS GERAIS

Idade:

Sexo: Masculino () Feminino ()

Naturalidade:

Qual a modalidade de sua formação em Geografia?

Licenciatura () Bacharelado () Licenciatura e Bacharelado ()

Outro Curso () Qual?

Atribua uma nota de 01 a 05 para requisitos do curso em que foi formado durante a sua graduação:

() Conhecimentos Específicos () Prática de Ensino

() Conhecimentos Gerais () Aulas de Campo

Leciona ou lecionou outra disciplina? Qual?

Tempo de atuação como Professor de Geografia:

Descreva um bom Curso de Geografia:

Descreva um bom Professor de Geografia:

ASPECTOS ESPECÍFICOS

Descreva a cidade de Acaraú, ressaltando suas potencialidades e problemas.

Que problema, por ordem de importância, atribuiria para esta cidade?

Eles têm solução? () Sim () Não Quais?

Que acha dos desmembramentos territoriais ocorridos em Acaraú de 1863 aos dias atuais?

Que atividades econômicas retratam melhor a cidade de Acaraú?

Possui vínculo ou parentesco com algum pescador da cidade de Acaraú?

Sim () Não () Qual?

Existem alunos filhos de pescadores? () Sim () Não

Como é o rendimento escolar deles?

Descreva uma cidade ideal para se viver. Conhece alguma? () Sim () Não Qual?

Você já ouviu falar da Agenda 21 local? Tem ideia do significado dessa agenda para o seu bairro, a sua cidade, o seu país?

() Não tenho ideia.

() Isso não me interessa.

() Tenho ideia do que se trata e incluo alguns comentários em minhas aulas.

() Gostaria de conhecer com maior profundidade e necessito de orientação.

A Lei Orgânica e o Código de Posturas do município contêm amparos legais em favor do meio ambiente e da manutenção da qualidade de vida dos moradores de uma cidade. Como professor (a), já tomou conhecimento desses documentos?

() Ouvi falar, mas não tive oportunidade de conhecê-los.

() Conheço-os, porém não vejo neles conteúdos para a disciplina que leciono.

() Gostaria de conhecê-los, porém necessito de orientações.

() Conheço-os e faço uso de alguns conteúdos em minhas aulas.

Sabe de alguma história interessante contada e recontada somente na cidade de Acaraú? Conte-me uma, por favor.

O bairro onde você mora é o melhor da cidade? Sim () Não ()

Qual o melhor bairro para se morar em Acaraú? Por quê?

Gostaria de morar em outro bairro? Sim () Não () Em qual?

Se fosse fotografar a cidade de Acaraú, em que local faria essa fotografia?

Gosta da cidade de Acaraú – CE? Sim () Não ()

Obrigada por sua participação neste estudo. Divulgaremos um sumário com os resultados do mesmo tão logo ele esteja concluído.

QUESTIONÁRIO – PESCADORES**ASPECTOS GERAIS**

Idade: Sexo: Masculino Feminino Naturalidade:

Qual a modalidade de pesca praticada?

Artesanal Profissional Ambas

Outra modalidade Qual?

Quanto tempo passa no mar?

Grau de escolaridade:

Nenhum, pois nunca frequentei escola.

Nenhum, visto que frequentei escola, mas abandonei quando criança.

Primeiro grau incompleto. Primeiro grau completo

Segundo grau incompleto. Segundo grau completo

Terceiro grau incompleto. Terceiro grau completo

Qual sua remuneração como pescador?

É casado? Sim Não

Tem filhos? Sim Não Quantos?

Formação dos filhos: Fundamental Ensino Médio Superior

Tem filhos pescadores? Sim Não

Praticou/pratica outra atividade? Qual?

Tempo de atuação como pescador:

Como escolheu essa profissão?

Não escolhi, comecei muito cedo por necessidade e influenciado por meu pai, que também era pescador.

Escolhi ser pescador por gostar das aventuras vividas no mar.

Fiz um curso de formação nesta área e envolvi-me com ela.

Escolhi ser pescador atraído pelo salário, que é muito bom.

Está engajado em alguma associação ou sindicato? Sim Não

Qual sua opinião acerca dessas organizações na cidade de Acaraú?

Gostaria de ter escolhido outra profissão? Sim Não Qual?

Gostaria que seus filhos seguissem esta mesma profissão? Sim Não Por quê?

ASPECTOS ESPECÍFICOS

Descreva o município de Acaraú, ressaltando suas potencialidades e seus problemas.

Qual problema, por ordem de importância, atribuiria a este município? Eles possuem solução? Quais?

Em sua opinião, a cidade de Acaraú ganhou ou perdeu com os desmembramentos territoriais dos distritos (Marco, Morrinhos e Santana do Acaraú em 1863); (Bela Cruz em 1957); (Cruz, Jijoca de Jericoacoara e Itarema em 1986)? Que distrito fez falta? Por quê?

Que atividades econômicas retratam melhor a cidade de Acaraú?

Possui vínculo ou parentesco com algum professor (a) na cidade de Acaraú?

() Sim () Não Qual?

Descreva uma cidade ideal para se viver. Conhece alguma? () Sim () Não Qual?

Já ouviu falar de algum documento com normas de regulação para o ordenamento do seu bairro, da sua cidade, do seu país?

() Não tenho ideia.

() Isso não me interessa.

() Tenho ideia do que se trata, pois já me informei sobre esse assunto por meio de jornais, televisão e revistas.

() Gostaria de conhecer com maior profundidade e necessito de orientação.

A Lei Orgânica e o Código de Posturas do município contêm amparos legais em favor do meio ambiente e da manutenção da qualidade de vida dos moradores de uma cidade. Como morador e trabalhador, já tomou conhecimento desses documentos?

() Ouvi falar, porém não tive oportunidade de conhecê-los.

() Conheço-os, porém não vejo neles elementos aplicados à atividade que exerço.

() Gostaria de conhecê-los, porém necessito de orientações.

() Conheço-os e faço uso de algumas informações diariamente.

Sabe de alguma história interessante contada e recontada somente na cidade de Acaraú? Conte-me uma, por favor.

O bairro onde você mora é o melhor da cidade? Sim () Não ()

Qual o melhor bairro para se morar em Acaraú? Por quê?

Gostaria de morar em outro bairro? Sim () Não () Em qual?

Se fosse fotografar a cidade de Acaraú, em que local faria essa fotografia?

Gosta da cidade de Acaraú – CE? Sim () Não ()

Obrigada por sua participação neste estudo. Divulgaremos um sumário com os resultados do mesmo tão logo ele esteja concluído.

CIDADES



Além da devastação do manguezal, comerciantes pesqueiros prejudicam 4 mil famílias que vivem da pesca ao levar larvas de camarão para Aracati

ACARAÚ

Captura de larvas ameaça mangues

Moradores de várias comunidades do Acaraú continuam pedindo proteção às autoridades e ecologistas cearenses, no sentido de averiguar a iminente devastação de mais uma área do mangue no rio: Naquele Município, nas proximidades do estuário do curso d'água, comerciantes pesqueiros estão retirando as larvas do camarão para levarem até Aracati, diminuindo as chances de vida das mais de quatro mil famílias que sobrevivem da pesca de crustáceos e mariscos.

"Nós sabemos que esse terreno foi comprado por Wilson Mamede, de Francisco Aldenor Martins, que há 25 anos construiu uma salina no mangue, destruindo parte dele. Esse sr. Wilson vai construir um viveiro de camarões, mas o que nós queremos é que ele não cerque o local, como está ameaçando" — diz Celeste Costa dos Santos, líder dos moradores de várias comunidades da área. O desejo se justifica, segundo ele, porque com a cerca, os moradores são impedidos de passar para pescar. "E aí, como é que nós vamos sobreviver"?

Cultura é predatória

"Nós temos uma cultura predatória. Os nossos colonizadores europeus não vieram para criar raízes e sim para enriquecer e ir embora. E se nós não mudarmos essa história, não conseguiremos salvar nada". É o que acha o Coordenador do Patrimônio Natural do Ministério da Cultura, Carlos Alberto Ribeiro Xavier, que, em Fortaleza, participa da I Conferência Estadual do Meio Ambiente, que se desenvolve no Praia-rio Hotel.

Carlos Alberto apresentou ontem à tarde, durante o encontro, discussão do tema "A Visão Cultural do Meio Ambiente" — abordando principalmente a história da cultura brasileira, cujas características predatórias se manifestam com bastante clareza nos períodos de ciclos econômicos do Brasil com a destruição das matas do pau-brasil, da Mata Atlântica, pinheirais do Sul, etc.

Para o estudioso, na degradação dos valores da sociedade, a destruição do patrimônio cultural é a mesma que acaba com o patrimônio ambiental, ou seja a ecologia. E a questão jamais poderá ser resolvida através da força, da repressão. "Não e cercando de policiais os parques ecológicos, jardins botânicos ou florestas, que se vai impedir a destruição. É uma coisa absurda botar Polícia para impedir a depredação".

E essa reeducação — acredita Carlos Alberto Ribeiro Xavier — só pode acontecer com a análise do processo histórico predatório do brasileiro. "Contar a verdade, diagnosticar esses problemas, é o caminho para mudar esse caráter destrutivo e de pouco valor às suas coisas que tanto dificultam a existência do brasileiro" — diz.

MATANDO PEIXES

Ainda segundo dona Raimunda Celeste Costa, quando esses comerciantes retiram as larvas de camarões do mangue, matam, com uma solução química, o peixe que as conduz. "Além de eles estarem praticamente despovoados de camarões a área, ainda estão matando os peixes, que são a nossa sobrevivência". Dona Celeste lembra às autoridades que são mais de 15 comunidades da região que só sobrevivem da pesca. E, se ela ficar nas mãos dos comerciantes, os habitantes nativos não terão mais como sobreviver.

Essa preocupação levou as comunidades a se unir para denunciar e pedir ao Governo do Estado, garantias para a preservação da área. "São mais de seis quilômetros de mangue e que, nos poucos, está sendo destruído pela ganância dos empresários do camarão" — diz dona Raimunda Celeste. Por essas denúncias, ela e outros moradores já estão sendo ameaçados, mas a líder comunitária afirma que não vai desistir e acredita que as autoridades vão resolver o problema, sem prejudicar ninguém.